

# Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova lei diminui exigências para acesso ao crédito ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ANFIP

Limite a IR simplificado pode dobrar tributo para classe média ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ideal e possível na tabela de IR (2) ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa de Trump é indiciada por fraude e sonegação ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo faz pente-fino e encontra falhas no Minha Casa e no pagamento do abono ..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto mínimo global avança ..... 12

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adiada votação de projetos de refinanciamento de dívidas ..... 14

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem valor recorde de R\$ 142 bilhões em maio ..... 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Anvisa libera 2 milhões de doses da Janssen ..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida pelos Correios é aprovada ..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores devem fazer prova de vida ..... 19

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta de reforma administrativa permite ampliar terceirização do serviço público  
..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Investigação coloca bolsonaristas no foco ..... 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro volta a falar de fraude sem voto impresso ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Inquérito dos atos antidemocracia vai mudar alvos.....	25
O GLOBO - RJ - PAÍS SERVIDOR PÚBLICO	
Inquérito mira "organização criminosa" antidemocrática.....	26
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - SEGURANÇA SERVIDOR PÚBLICO	
Suspeita de estelionato.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes diz que IR de empresa pode cair mais.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Denúncias de corrupção põem reformas em risco e preocupam equipe econômica.....	30
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Presidenciáveis defendem reformas tributária e política.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
As tais reformas - LAURA KARPUSKA.....	34
A GAZETA - MT - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária (2).....	36
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Crédito consignado para o Bolsa Família.....	37
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arthur Lira afirma que agora cabe ao Congresso discutir a reforma tributária.....	38
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes volta a defender taxa nos moldes da CPMF.....	39
MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arthur Lira define pautas prioritárias para votação na Câmara dos Deputados.....	41
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: o que Guedes vinha prometendo e o que entrou no projeto.....	42
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Reforma para trazer eficiência.....	44
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Um TCU perplexo (3).....	46
ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS ECONOMIA	
DESEMPREGO ESTRUTURAL (3).....	47
ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	

CNC: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010..... 48

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desafios brasileiros (2)..... 49

# Nova lei diminui exigências para acesso ao crédito

*Izael Pereira*

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria regras para facilitar o acesso ao crédito durante a pandemia da covid-19. A nova lei teve origem na Medida Provisória nº 1.028/2021. O texto reduz a burocracia para contratar e renegociar empréstimos, retirando, até o fim de 2021, exigências de comprovantes de regularidade fiscal.

Inicialmente as regras de flexibilização acabariam em 30 de junho, mas o prazo foi ampliado até 31 de dezembro deste ano após passar por votação na Câmara dos Deputados. A lei desobriga instituições financeiras públicas e privadas de solicitarem comprovações como a quitação de **impostos** federais e regularidade com o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), em diferentes modalidades nas contratações ou renegociações.

Conforme a Secretaria-Geral da Presidência da República, o projeto mantém a "obrigatoriedade de que estabelecimentos de crédito encaminhem à **Receita Federal** e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, a relação das contratações e das renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos, realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação dos beneficiários, dos valores e dos prazos contratuais".

A proposta sancionada estabelece também que o governo deverá regulamentar o tratamento diferenciado na contratação de crédito ofertado com recursos públicos para micro e pequenas empresas, além de cooperativa com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Aposentados e pensionistas que contratarem crédito a partir de recursos públicos também serão beneficiados, cabendo ao Executivo regulamentar essa modalidade.

Para o economista José Luís Pagnussat, ao permitir a flexibilização das regras nos financiamentos, o governo facilita a negociação de dívidas e a ampliação de crédito, além de "o efeito para a economia ser altamente positivo". O economista Riezo Almeida avalia que a desburocratização "permitirá que novas empresas e empresários fomentem a economia, principalmente com a inclusão de pensionistas e aposentados".

# Limite a IR simplificado pode dobrar tributo para classe média

**Douglas Gavras**

O limite de renda de R\$ 40 mil por ano para que o contribuinte possa fazer a declaração simplificada de Imposto de Renda, conforme proposta de reforma apresentada na última semana pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido), vai prejudicar o brasileiro de classe média de menor renda e que não tem deduções com dependentes.

Segundo o projeto do governo, o desconto de 20% fica restrito a quem recebe até R\$ 40 mil por ano -ou seja, até R\$ 8.000 de abatimento. Hoje, o percentual é aplicado sobre a base de cálculo de imposto, com limite de R\$ 16.754,34.

Cálculos feitos pela Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**) a pedido da Folha mostram que a mudança pode mais que dobrar o valor do imposto pago pelo contribuinte que ganha acima do teto anual e não tem dependentes.

Um exemplo: sem ter deduções a fazer com dependentes, despesas com instruções ou despesas médicas, o que aliviaria no cálculo final do imposto, um contribuinte com renda anual de R\$ 48 mil (ou R\$ 4.000 por mês), que teria de recolher R\$ 630 pela declaração simplificada, passaria a pagar R\$ 1.329,68 com a versão completa -aumento de 111%.

Para um chefe de família com a mesma renda anual, mas com dois dependentes, a situação se inverte e a declaração completa fica mais vantajosa. Em vez de recolher os R\$ 630 da modalidade simplificada,

ele poderá pagar R\$ 104,35 pela completa, considerados os descontos com instrução e dependentes.

Na avaliação do presidente da Unafisco, Mauro Silva, a medida onera uma fatia já fragilizada dos contribuintes. "Quem ganha mais de R\$ 10 mil por mês até consegue ter plano de saúde e colocar o filho na escola particular e já usava o formulário completo de declaração. Mas esta não é a situação de vários outros contribuintes."

Quando esse contribuinte é retirado da modalidade simplificada e tem de pagar mais imposto, acaba

comprometendo uma parcela maior da sua renda.

Para Silva, a proposta do governo acerta ao reajustar a tabela, mas erra ao punir a classe média de menor renda, e essa é uma distorção que o Congresso precisa corrigir ao avaliar a reforma.

No caso de um contribuinte com renda anual de R\$ 60 mil, igualmente sem deduções, o acréscimo no Imposto de Renda a pagar será de 47,7% com a declaração passando de simplificada para a completa, ou de R\$ 2.070 para R\$ 3.056,52.

Da mesma forma, a declaração completa é mais desvantajosa para quem não tem dependentes e recebe uma renda anual de R\$ 120 mil. Neste caso, o contribuinte irá pagar 13,1% a mais de imposto na declaração completa, ao não poder optar pela modalidade simplificada, uma diferença de mais de R\$ 2.125.

Já para o contribuinte sem despesas com dependentes e com renda anual de R\$ 180 mil, a diferença entre tipos de declaração cai, mas ainda é significativa: de 6,5% a mais.

As contas da entidade já consideram as despesas com Previdência para todas as faixas de renda.

"Não tem de ter teto para a declaração simplificada. Quem ganha mais acaba não usando o desconto padrão, mas quem mais precisa é quem recebe até R\$ 6.000 por mês", diz Silva.

A mudança acaba afetando a baixa classe média, reforça o economista do Insper Sérgio Firpo. "O governo parece não ter tido coragem de mexer nas deduções de gastos com saúde e educação e precisava tirar de algum lugar para garantir o aumento da faixa de isenção do IR."

A proposta do governo entregue à Câmara na última semana também detalha a mudança na faixa salarial de isenção do IR, que iria dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500.

Atualmente, o contribuinte pode optar pelo modelo simplificado de declaração, sem precisar incluir gastos para dedução de imposto e podendo contar com o desconto padrão.

Em 2019, 17,5 milhões de brasileiros declararam Imposto de Renda pelo formulário simplificado e o imposto devido totalizou R\$ 60 bilhões.

Ao propor a mudança na semana passada, a expectativa do Ministério da Economia é que a medida eleve a tributação de milhões de contribuintes. Segundo a pasta, a mudança pode levar a um aumento de R\$ 9,9 bilhões na arrecadação no ano que vem e de R\$ 10,2 bilhões em 2023.

De acordo com estudo dos pesquisadores Manoel Pires e Fábio Goto, do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o teto para o imposto simplificado poderá atingir 2 milhões de pessoas.

Corte do IR de empresa pode ser de dez pontos com menos subsídios, afirma Guedes

Na proposta de reforma do IR enviada ao Congresso na sexta-feira (25), o governo propôs a redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. "Podemos reduzir 10% [dez pontos percentuais] no Brasil inteiro se conseguirmos eliminar alguns subsídios que são dados para algumas empresas, poucas empresas" disse.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**76**

## Ideal e possível na tabela de IR (2)

**Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research**

Mudar e corrigir tabela do IR sobre as pessoas físicas não é tarefa simples

Volto à tributação direta para analisar o reajuste da tabela de Imposto de Renda sobre pessoas físicas (IRPF).

Em 2018, o candidato Bolsonaro propôs isentar quem ganhasse até R\$ 5.000 por mês, um exagero de ano eleitoral. Agora a realidade prevaleceu, e o presidente Bolsonaro propõe isenção até R\$ 2.500 por mês.

Como apontou meu colega do Ibre FGV, Manoel Pires, a correção de 31% na faixa de isenção repõe o valor real de 2015, último ano em que houve correção da tabela de IRPF, no governo Dilma.

Para não perder muita receita, o governo propõe corrigir as demais faixas de IRPF em aproximadamente 13%. A alíquota máxima de 27,5% passará a incidir sobre renda acima de R\$ 5.300 por mês. Existe alternativa? Sim, várias.

No Congresso, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou projeto de correção da tabela de IRPF, que, por sua vez, foi modificado pelo senador Jean Prates (PT-DF), sugerindo aumento da faixa de isenção para R\$ 2.737,14, muito próximo da proposta do governo.

A diferença da proposta do senador Prates, que eu considero mais adequada para o momento atual da economia, está nas faixas superiores: criação de alíquotas mais altas, sobre renda acima de R\$ 20 mil por mês, de modo a financiar a desoneração para rendas mais baixas.

Mudar e corrigir tabela de IRPF não é tarefa simples. Do ponto de vista teórico, o ideal é tributar todas as rendas de modo igual, aplicando alíquota progressiva na declaração anual e permitindo dedução pelo imposto retido na fonte.

Por exemplo, suponha que, ao sacar uma aplicação financeira, a pessoa pague 15% sobre o rendimento. Em um sistema de tributação de toda a renda pessoal, a **Receita Federal** calcularia se a alíquota de 15% é adequada ao total de rendimentos da pessoa. Se a alíquota adequada fosse maior, o indivíduo pagaria a

diferença em sua declaração anual. Se fosse menor, o governo devolveria o imposto pago em excesso. O Reino Unido adota esse modelo.

Devido à multiplicidade de fontes de renda pessoal e à dificuldade de fiscalização de Imposto de Renda, a maioria dos governos do mundo opta por tributar renda do capital e do trabalho de modo diferenciado, compensando essa diferença com alguma tributação sobre grandes riquezas ou heranças.

No caso da isenção, há consenso entre economistas de que os mais pobres não devem pagar IRPF, mas a forma de implementação varia. Em países desenvolvidos, geralmente não há faixa de isenção. Todos pagam IR, de modo progressivo, mas as pessoas de baixa renda podem receber o imposto de volta, a partir de um pedido de devolução do governo.

O sistema funciona como "Imposto de Renda negativo", mas com o contribuinte pagando primeiro e recebendo depois, a partir da comprovação de sua situação de baixa renda. Os EUA adotam esse modelo, via crédito tributário por renda recebida (Earned Income Tax Credit), que também funciona como uma renda básica para os mais pobres.

No Brasil, devido aos custos e à complexidade de tributar e restituir renda, bem como à resistência política em tributar os mais ricos, optamos por uma faixa de isenção elevada e subtributação de alguns tipos de renda do capital.

O ideal seria migrarmos para um misto do modelo americano e britânico, construindo uma tabela mais progressiva sobre toda a renda pessoal e integrando a base de informação do IRPF com os programas de transferência de renda do governo, de modo a viabilizar um programa de renda mínima.

Mas, enquanto o ideal não é possível, vamos com correção de tabela existente de IRPF.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49576>

# Empresa de Trump é indiciada por fraude e sonegação

Os promotores de Nova York indiciaram ontem a Organização Trump, empresa do ex-presidente americano, e seu diretor financeiro, Allen Weisselberg, por sonegação e fraude. A companhia é responsável, segundo a acusação, por um "esquema de 15 anos de evasão de impostos".

O valor estimado dos desvios chega a US\$ 1,7 milhão (cerca de R\$ 8,6 milhões).

Weisselberg, que trabalha para a família Trump há mais de 50 anos, se apresentou ontem à Justiça e se declarou inocente - o mesmo fizeram os advogados da empresa. Ele foi liberado depois de prestar depoimento, mas teve o passaporte retido.

Ele foi acusado pelo promotor distrital de Manhattan de sonegar US\$ 900 mil ao ocultar o valor dos benefícios que ele obteve da empresa de Trump - incluindo um apartamento usado sem pagamento de aluguel, carros, móveis novos e pagamentos de mensalidades de escola.

Ao todo, 15 acusações criminais foram formalizadas contra Weisselberg, de acordo com uma cópia da acusação obtida pelo Washington Post. Elas incluem conspiração, fraude fiscal e falsificação de registros comerciais.

Em registros internos, a Organização Trump tratou esses benefícios como parte da compensação de Weisselberg, mas não os relatou às autoridades fiscais, permitindo que o diretor financeiro e a empresa driblassem a receita, de acordo com os documentos.

O texto do indiciamento afirma que outros executivos - não identificados - também receberam benefícios semelhantes. O documento garante ainda que Weisselberg havia orquestrado o esquema com "outras" pessoas da empresa, mas não menciona o nome de ninguém - ontem, Weisselberg foi o único executivo indiciado.

Carey Dunne, um dos promotores, disse na audiência que as acusações estavam relacionadas a um "esquema de fraude fiscal" que durou 15 anos. Ele afirmou que as manobras permitiam que os executivos da Organização Trump obtivessem "aumentos de salário" sem pagar os impostos correspondentes.

Os indiciamentos de ontem são os primeiros resultados concretos da investigação do promotor Cyrus Vance Jr. e da procuradora-geral de Nova York, Letitia James. Ambos estiveram presentes na sala do tribunal para o primeiro passo do processo.

Em **comunicado**, a Organização Trump elogiou Weisselberg, classificado como "um marido, pai e avô amoroso e dedicado que trabalhou na empresa por 48 anos". "Ele está sendo usado pelo promotor de Manhattan como um peão em uma tentativa prejudicar o ex-presidente.

O promotor está abrindo um processo criminal envolvendo benefícios para funcionários que nem a **Receita Federal** pensaria em fazer. Isso não é justiça.

Isso é política", disse a empresa, em **comunicado**.

Logo após o anúncio do indiciamento, Trump emitiu uma declaração escrita repetindo sua afirmação de que a acusação era de natureza política. "Continua a caça às bruxas feita pelos democratas da esquerda radical, com Nova York agora assumindo a tarefa", escreveu o ex-presidente.

"Eles estão dividindo o nosso país como nunca." Embora as acusações possam representar problemas para o ex-presidente, expondo sua empresa a multas e intensificando a pressão para que Weisselberg admita os crimes, nem Trump nem qualquer outro funcionário da empresa devem ser indiciado nos próximos dias. Os promotores esperam que Weisselberg mude de ideia e testemunhe contra Trump em troca de reduzir sua pena.

A Organização Trump é o braço de negócios no ramo imobiliário que catapultou o magnata para a fama - primeiro nas colunas sociais e programas de TV, até chegar à Casa Branca. Weisselberg é considerado o nome mais importante da empresa, além dos membros da família.

A promotoria começou a investigação em 2018, reagindo às acusações do ex-advogado de Trump, Michael Cohen, que alegava ter realizado pagamentos indevidos para silenciar mulheres que disseram ter tido casos amorosos com o então candidato presidencial, em 2016.

Rapidamente, porém, a investigação foi ampliada, atingindo os negócios de Trump, incluindo empréstimos e declarações de renda. Não é a primeira vez que o ex-presidente tem problemas na Justiça. Ele já teve de pagar US\$ 25 milhões por fraude na Trump University e foi processado por malversação de dinheiro em sua fundação - Trump acabou condenado a pagar indenização de US\$ 2 milhões.

#### Reação

"Continua a caça às bruxas feita pelos democratas da esquerda radical, com Nova York agora assumindo a tarefa. Eles estão dividindo o nosso país como nunca"

Donald Trump EX-PRESIDENTE DOS EUA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo faz pente-fino e encontra falhas no Minha Casa e no pagamento do abono

**Idiana Tomazelli / BRASÍLIA**

Uma avaliação de três políticas sociais do governo detectou falhas e irregularidades, como pagamento a pessoas falecidas, baixa focalização nas populações mais vulneráveis e desvios de finalidade. Os problemas foram identificados no abono salarial (espécie de 14.º salário pago a trabalhadores formais que ganham até dois salários mínimos), no Minha Casa Minha Vida (hoje, Casa Verde e Amarela) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Os diagnósticos foram feitos pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap), formado por Ministério da Economia, Casa Civil e Controladoria-Geral da União (CGU), e são os primeiros a serem divulgados de um total de 16 incluídos em 2020 para análise do colegiado.

Detectados os problemas, o grupo fez uma série de recomendações e os órgãos responsáveis terão 60 dias, a partir da notificação, para entregar um plano de ação. Na prática, nenhuma orientação poderá ficar sem resposta: os ministérios terão de apresentar propostas ou justificar por que agir seria inviável. O monitoramento será feito pela CGU e, quando envolver mudanças legais, também pela Casa Civil. Os resultados também serão levados ao Congresso.

"Não adianta fazer avaliação, e ela ficar na prateleira. Não é só ficar cumprindo tabela", afirmou ao Estadão/Broadcast o secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia, Gustavo Guimarães. Ele afirma que é importante haver agora um comando constitucional, incluído este ano pela PEC emergencial, determinando a avaliação dos programas, mas ressalta que é preciso garantir sua execução.

Na avaliação do abono salarial, o grupo detectou pagamentos inadequados a trabalhadores que têm renda média superior a dois salários mínimos (considerando todas as fontes de renda do domicílio) ou que trabalharam menos de 30 dias no ano de referência. Também foram identificados repasses a pessoas falecidas, com CPF inexistente ou cancelado e a trabalhadores supostamente empregados por empresas baixadas ou inexistentes na base de dados da **Receita Federal**.

Outro problema do abono, segundo o conselho, é a falta de uma política clara. Segundo Guimarães, não se sabe hoje se o abono tem como foco a distribuição de renda, a redução da desigualdade ou o incentivo à formalização no mercado de trabalho.

O programa hoje custa cerca de R\$ 20 bilhões anuais.

Os dados apontam elevada concentração de beneficiários do abono nas faixas da população com renda mais elevada. Os 10% mais pobres, por exemplo, ficam com menos de 2% dos recursos.

Já os 10% mais ricos recebem mais de 2%. Os dados consideram a renda domiciliar per capita dos beneficiários.

Uma das recomendações é explicitar o objetivo do abono e avaliar a criação de um limite máximo de renda familiar per capita para ter direito ao benefício.

Seria necessário uma análise jurídica para saber se uma mudança como essa demandaria alterar a Constituição, ou poderia ser feita por lei. O governo já tentou fazer alterações no abono por meio de PEC, mas esbarrou na forte resistência de parlamentares.

Habitação. O grupo também apontou deficiências no programa Minha Casa Minha Vida. Segundo o colegiado, o uso apenas do critério de renda para definir os beneficiários da antiga faixa 1 do programa é insuficiente.

Nesse trabalho, a CGU também detectou que 17,5% dos contemplados não vivem mais no imóvel, o que aponta falhas de fiscalização.

O colegiado apontou ainda que o programa habitacional falha ao não proporcionar acesso a oportunidades a seus beneficiários.

Os empreendimentos do MCMV tiveram desempenho ruim na proporção de empregos formais acessíveis em caminhada de até 30 minutos em relação ao total de cada município, devido à larga distância dos grandes centros. O acesso a oportunidades para essas famílias beneficiadas é pior do que em favelas ou domicílios de baixa renda na maioria das cidades, segundo o relatório.

A recomendação do Cmap é que o governo trace um plano para destinar imóveis ociosos da União em grandes centros ao programa habitacional - uma medida que já tem sido cogitada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

No Programa Nacional de Alimentação Escolar, que banca a aquisição de alimentos para a merenda escolar de 40,5 milhões de alunos, as falhas detectadas foram de focalização. Do orçamento de R\$ 4,3 bilhões, 32% foram destinados a dar suporte aos estudantes de municípios e Estados que estão entre as 30% maiores receitas por aluno. No sentido inverso, as 30% menores receberam apenas 23%.

Para corrigir essa distorção, o conselho sugeriu redistribuir 10% dos recursos do programa (equivalente a R\$ 430 milhões) aos municípios dos 30% mais pobres. Com isso, a fatia deles no Pnae aumentaria consideravelmente, de 23% para 39%.

I Irregular

R\$ 20 bi é o custo anual do abono salarial pago a trabalhadores formais que ganham até dois salários mínimos; levantamento detectou, entre as irregularidades, pagamento a pessoas falecidas.

RAIO X

I Abono Salarial Problemas: Crescente centralização do benefício nas faixas mais elevadas de renda da população; pagamentos indevidos a falecidos, com CPF inexistente ou que trabalharam menos de 30 dias no ano de referência  
Recomendações: Avaliar criação de limite máximo de renda familiar per capita para ter direito ao abono salarial; avaliar normas que orientem verificação de elegibilidade do benefício

I Minha Casa Minha Vida Problemas: Beneficiário não reside no imóvel em 17,5% dos casos, o que evidencia lacuna na fiscalização; ausência de metas regionais e critérios adicionais para habilitação ao programa, como observação do déficit habitacional local  
Recomendações: Avaliar metas quantitativas e qualitativas por capital, região metropolitana e unidade da federação; realização periódica de verificação e visitas às famílias residentes nos imóveis; avaliar estratégia de disponibilização de imóveis ociosos da União para a oferta de conjuntos habitacionais

I Programa Nacional de Alimentação Escolar Problemas: Alunos de escolas de municípios e Estados com as 30% menores receitas por aluno recebem 23% dos recursos do programa; os 30% que estudam nas cidades ou Estados "mais ricos" recebem 32%  
Recomendações: Redistribuição de 10% do programa para municípios mais vulneráveis

# Imposto mínimo global avança

**ELIANE OLIVEIRA\*** [eliane@bsb.oglobo.com.br](mailto:eliane@bsb.oglobo.com.br) PARIS  
EBRASÍUA

A proposta de um imposto global mínimo sobre as multinacionais, para pôr fim à "corrida para o fundo do poço" de incentivos fiscais, recebeu ontem o apoio de 130 países, inclusive o Brasil, anunciou ontem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). As negociações envolveram 139 nações e jurisdições, na chamada Estrutura Inclusiva OCDE/G-20.

A proposta tem dois pilares. Um prevê que as empresas transnacionais paguem **impostos** nos países onde prestam serviços, não exclusivamente naqueles onde ficam suas sedes -o que afeta principalmente as big techs, como Google, Facebook e Amazon. A OCDE estima que isso significará uma arrecadação global de US\$ 100 bilhões.

O outro pilar estabelece um imposto corporativo mínimo global de 15% para as multinacionais. A estimativa é que essa taxa mínima acabe com a guerra fiscal entre nações para atrair transnacionais, o que elevaria a arrecadação dos países em US\$ 150 bilhões.

## RECUPERAÇÃO PÓS-COVID

Em seu **comunicado**, a OCDE defende que o acordo vai ajudar os governos a recompor seus orçamentos e, ao mesmo tempo, "investirem em serviços públicos essenciais, infraestrutura e medidas necessárias para otimizar a robustez e a qualidade da recuperação pós-Covid."

As 130 nações e jurisdições que apoiaram a proposta representam mais de 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial. Ficaram de fora, entre outros, Irlanda e Hungria, que adotam taxas inferiores a 15% para atrair sedes de múltis, especialmente big techs.

"Depois de anos de trabalho e negociações intensas, este pacote histórico de medidas garantirá que as grandes multinacionais paguem sua parte justa de **impostos** em todo o mundo", afirmou o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, em nota.

Para fontes brasileiras envolvidas nas negociações, o país deve se beneficiar do acordo. No primeiro pilar, o das big techs, o Brasil deve ter algum ganho de receita. Há uma percepção, sobretudo das nações em desenvolvimento, de que vão receber pouco, "mas é

melhor do que não ter nada, ou adotar medida unilateral e se expor a retaliações", disse um técnico do governo brasileiro.

Quanto ao imposto mínimo global, as nações em desenvolvimento consideram baixa a alíquota de 15%. Contudo, a alternativa de não ter nada seria pior -e, se o tributo aumentasse mais, seria difícil para os países de taxa mais baixa aceitarem.

Um interlocutor do governo brasileiro ressaltou que não há uma relação direta entre o apoio do país à taxa e seu ingresso na OCDE - a vaga é disputada desde 2018. Porém, a participação ativa da **Receita Federal** nas discussões fortalece as credenciais do país como "ator responsável".

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, que já havia criticado a "corrida para o fundo do poço" dos incentivos fiscais, afirmou em rede social que foi um "dia histórico para a diplomacia econômica". "Alíquotas menores de **impostos** não apenas falharam em atrair novas empresas, mas privaram os países de recursos para investimentos importantes, em infraestrutura, educação e esforços para combater a pandemia", disse.

Em nota, o presidente americano, Joe Biden, afirmou que as multinacionais "não poderão mais evitar pagar um montante justo escondendo lucros gerados nos Estados Unidos, ou em qualquer outro país, em jurisdições com **impostos** menores."

Para o ministro da Economia da França, Bruno Le Maire, é "o mais importante acordo tributário internacional alcançado no último século". Ele disse ainda que vai tentar convencer os países da União Europeia que não deram apoio ao projeto:

- Pedirei que façam tudo para aderir a este acordo histórico, amplamente apoiado pela maioria dos países.

Le Maire acrescentou que todas as big techs estarão sujeitas ao acordo.

## ENTRADA EM VIGOR EM 2023

Com relação ao recolhimento de **impostos** onde os serviços são prestados, estarão sujeitas empresas com receita global anual acima de 20 bilhões (US\$ 24 bilhões, ou cerca de R\$ 120 bilhões) e margem de lucro acima de 10%. Após sete anos, esse limite será

reduzido a 10 bilhões.

Empresas de serviços financeiros e extrativas, no entanto, ficarão de fora. Segundo o jornal britânico Financial Times, o Reino Unido fez lobby a favor dos bancos.

Já a perspectiva de arrecadar mais US\$ 150 bilhões com a alíquota mínima de 15% foi crucial para conquistar o apoio de muitos países, depois de tentativas frustradas em torno da criação de um imposto para as big techs, no ano passado.

Os ministros de Finanças do G-20, que reúne as 20 maiores economias do mundo, discutirão detalhes do acordo na semana que vem, em Veneza. O objetivo é que tudo esteja pronto até outubro, para que o acordo entre em vigor em 2023. O texto terá de ser aprovado pelo Congresso americano e pelos 27 membros da União Europeia.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Adiada votação de projetos de refinanciamento de dívidas

O Senado adiou a votação dos projetos de lei que autorizam um novo Refis, programa de regularização tributária e refinanciamento de dívidas de empresas. Dois projetos que estavam na pauta do plenário do Senado, ontem, foram retirados a pedido do relator, o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O primeiro é o que altera o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) e estabelece novos prazos e descontos para pagamento de débitos com a União (PL 4.728/2020). O texto é chamado de "passaporte tributário" e é considerado uma das etapas da **reforma tributária**. Serão aceitos débitos vencidos até 31 de agosto de 2020 de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, inclusive as empresas que estiverem em recuperação judicial.

A segunda (PLP 46/2021) é a proposta que permite renegociação de dívidas com a Fazenda Nacional e o Simples Nacional, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (Pelp) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).

Ainda não há nova data marcada para a votação dos projetos. O plenário aprovou, porém, requerimentos para a realização de sessão de debates temáticos de ambos os projetos com especialistas e representantes da **Receita Federal**, entre outras instituições.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

# Arrecadação tem valor recorde de R\$ 142 bilhões em maio

## Estadão

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 142 bilhões em maio, o maior valor para o mês na série histórica da **Receita Federal**, que teve início em 1995.0 resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 70% na comparação com o mesmo mês de 2020, quando a economia brasileira sofria fortemente os efeitos da pandemia e muitas atividades fecharam para tentar conter a propagação do vírus.

No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$ 744,8 bilhões, também o maior volume para o período da série histórica. O montante ainda representa um aumento real de 21% na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado. No ano passado, o governo autorizou o atraso no pagamento de **tributos** como PIS, Pasep e Cofins e da arrecadação previ-denciária, o que baixou a arrecadação entre abril e maio. Neste ano, como esses pagamentos não foram postergados, houve alta na receita desses **tributos**.

Além da base mais baixa no ano passado, contribuiu para o resultado a maior atividade econômica, que leva a um aumento no pagamento de **impostos**, resultado, entre outros fatores, do dinamismo do consumo da população e do aumento dos preços das commodities - produtos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro.

Também contribuiu para o aumento de arrecadação neste ano "fatores não recorrentes", como recolhimentos extraordinários de aproximadamente R\$ 16 bilhões de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e IRPJ de janeiro a maio de 2021, sendo R\$ 4 bilhões apenas em maio, além da suspensão de **tributos** no ano passado, que representou um pagamento extra de R\$ 4,5 bilhões neste ano.

## Caged

Após a criação de 116.423 vagas em abril, o mercado de trabalho formal brasileiro registrou um saldo positivo de 280.666 carteiras assinadas em maio, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados neste dia 10 de julho pelo Ministério da Economia.

O resultado do mês passado decorreu de 1,548 milhão de admissões e 1,268 milhão de demissões. Em maio do ano passado, em meio à primeira onda da pandemia de covid-19 no país, houve fechamento de 373.888 vagas com carteira assinada. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 1,233 milhão de vagas. No mesmo período do ano passado, houve destruição líquida de 1,144 milhão de postos formais.

## Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/#page/8>

# Anvisa libera 2 milhões de doses da Janssen

## SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

### COMBATE AO CORONAVÍRUSA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou os 2 milhões de doses da vacina da Janssen doadas pelos Estados Unidos que estavam no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP). A liberação ocorreu depois de o Ministério da Saúde ter providenciado a documentação necessária. As vacinas chegaram ao Brasil em duas remessas há mais de quatro dias, mas ainda não haviam sido distribuídas porque dependiam do envio de documentos pelo Ministério da Saúde. Segundo a agência, a pasta primeiro apresentou documentação referente à carga de 947.650 doses na tarde da última quarta-feira. Horas depois, no fim da tarde, enviou a documentação relativa à carga das outras 2.052.350 doses. "Não há mais documentos pendentes de apresentação", informou a Anvisa. Ontem, mais cedo, o Ministério da Saúde havia afirmado que aguardava autorização da agência para iniciar a distribuição. "A expectativa é de que a liberação seja realizada ainda hoje para que a distribuição (aos Estados) seja feita em até 48 horas", alegou.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, chegou a ir ao local na sexta-feira passada para receber parte das doses em conjunto com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman. Ele já havia declarado em outra ocasião que o fato de a vacina ser de dose única ajudaria o Brasil a avançar no programa de imunização. Um **comunicado** de 12 de junho da pasta já apontava que, por se tratar de carga internacional, as vacinas precisam de liberação da **Receita Federal** e da Anvisa. A entrega das doses ao Brasil foi destacada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro em rede social no sábado. Na postagem, ele citou que as doses foram doadas pelos Estados Unidos. Nesta quarta-feira, o governador João Doria (PSDB-SP) exigiu a "imediata liberação" pelo governo federal.

"Até dá a impressão que o Ministério da Saúde não tem pressa. Nós temos", declarou. São Paulo espera receber 678 mil doses do total. "É muita vacina guardada na prateleira quando já deveria estar no braço dos brasileiros", acrescentou Doria. "Ministro (da Saúde), nós pedimos que o senhor delibere e faça a gestão junto ao seu próprio ministério para que essas vacinas sejam liberadas." A situação também foi criticada pela coordenadora geral do Programa Estadual de Imunização de São Paulo, Regiane de

Paula, que lembrou que a vacina da Janssen é de dose única. "Nós temos pressa, nós temos urgência. E a nossa urgência é trabalhar 24 horas por dia, incluindo aos finais de semana se necessário for." As vacinas da Janssen que estão sendo aplicadas nesta semana no País são de outras remessas, compradas pelo governo federal, entregues em 22 de junho (1,5 milhão de doses) e 24 de junho (300 mil). O Brasil tem um contrato com a farmacêutica para receber 38 milhões de vacinas, número que não inclui a quantia doada pelo governo norte-americano.

Autorizadas para uso emergencial no País desde 31 de março, as vacinas da Janssen devem ser armazenadas em temperaturas de 2°C a 8°C. A validade inicialmente determinada pela Anvisa foi de três meses, prazo ampliado para 4 meses e meio após deliberação da Anvisa em junho. Quando armazenada em temperaturas de -25°C a -15°C, possui validade de 24 meses. Em um **comunicado**, o ministério havia destacado que esta vacina "possui condições de armazenamento e transporte que permitem a distribuição dentro da infraestrutura e logística já existentes para medicamentos e vacinas no Brasil".

#### Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Prova de vida pelos Correios é aprovada

**Ivy Coutinho, Ludmila Azevedo**

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estão mais perto de conseguir o direito a fazer a prova de vida de forma mais fácil e prática, simplesmente despachando documentos pelos Correios, sem enfrentar filas nas agências bancárias.

A Tribuna já chegou a registrar aglomeração de segurados em uma agência em Campo Grande, Cariacica, onde idosos chegaram a esperar duas horas por atendi-

mento, de pé e no meio da rua.

O Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 385/2021, que agora segue para apreciação da Câmara dos Deputados. O texto permite que, durante a pandemia, a comprovação de vida pelos segurados seja feita de diversas maneiras, incluindo meios eletrônicos.

O objetivo é evitar que pessoas idosas, principalmente de cidades do interior, gastem seus recursos em deslocamentos à procura de agências distantes. Assim, essa população não é exposta aos riscos do novo coronavírus.

A chamada prova de vida deve ser feita todos os anos pelos segurados, para que eles continuem recebendo os benefícios. No ano passado, devido à pandemia da Covid-19, a medida deixou de ser obrigatória, mas foi retomada em junho deste ano para evitar que terceiros recebam benefícios em nome de pessoas já falecidas.

Entre as possibilidades, está o

envio ao **INSS**, por meio eletrônico ou pelos Correios, de um atestado médico. Também será possível que um médico assine uma declaração, atestando que o beneficiário está impossibilitado de comparecer pessoalmente para fazer a prova de vida

Os registros papiloscópicos, como impressões digitais, estarão permitidos para comprovar que o beneficiário está vivo, assim como áudios ou vídeos. Os registros devem ter sido feitos até 30 dias antes da data prevista para a comprovação. Também poderá ser feita a biometria facial.

Se não houver médico disponível na localidade do segurado, a comprovação de vida poderá ser feita por formulário padrão do **INSS**, impresso e preenchido pelo interessado, e assinado por duas testemunhas

sem parentesco com o segurado. O formulário poderá ser entregue em qualquer casa lotérica ou agência dos Correios.

Idosos têm de esperar em pé por uma hora no **INSS**

A espera pelo atendimento nas agências do **INSS** ainda é longa, apesar das medidas tomadas pelo órgão para diminuir a fila. E na hora do atendimento presencial, agendado, a demora também é grande: uma hora. E o pior, em pé, aguardando a vez.

Na manhã de ontem, na unidade da Beira-Mar, em Vitória, havia uma quantidade expressiva de pessoas esperando para ser atendida. A justificativa para a lentidão no atendimento, segundo alguns beneficiários que estavam no local, era a de que o sistema estava caindo toda hora e, por isso, a fila estava andando devagar.

A dona de casa Gilda Leandro, de 65 anos, que aguarda há mais de um ano para ser chamada para tentar ser incluída como beneficiária do auxílio-doença, está entre as pessoas que ficaram este tempo esperando atendimento.

"Tenho artrite, artrose, pressão alta e diabetes. Fiquei esperando por cerca de uma hora do lado de fora da agência, em pé, e mais de

uma hora dentro da agência. Esse pessoal não tem pena da gente." Ela foi à unidade para passar por uma avaliação e teve de esperar, mesmo tendo o horário agendado. A perícia em si só será realizada depois do dia 20 deste mês. Dona Gilda está passando dificuldades por não ter uma fonte de renda e, por conta das dores causadas pelas doenças reumáticas, não consegue mais trabalhar.

"Não tenho renda porque não consigo trabalhar e estou tentando o auxílio. Estou vivendo de ajuda, ganho cesta básica da igreja, está muito difícil viver assim", explicou. Ela trabalhou dos 15 aos 38 anos como empregada doméstica, sem carteira assinada. Por meio de nota, o **INSS** informou que não houve queda no sistema e que desconhece atraso no atendimento presencial. O órgão disse ainda que as agências estão atendendo abaixo da capacidade habitual, permitindo apenas a entrada da quantidade de segurados agendados em cada horário.

"Mudança também pós-pandemia"

O projeto que muda a prova de vida é de extrema importância e, segundo especialistas, não deveria se limitar ao período de pandemia. "Todas as medidas que visam flexibilizar e facilitar a prova de vida dos aposentados e pensionistas deveriam ser incorporadas de forma definitiva ao rol de possibilidades", defendeu a advogada previdenciária Geane Miller Manchester.

Assim, os segurados, principalmente aqueles com problemas de saúde que limitam ou mesmo impedem a locomoção, teriam mais opções de evitar os bloqueios em seus pagamentos.

"Entretanto, eu acredito que nesse momento a medida será aprovada, limitando-se ao período pandêmico", comentou a profissional.

O economista Ricardo Paixão concorda que a medida é positiva, tanto para evitar aglomerações, quanto para evitar que idosos com problemas de saúde tenham que enfrentar filas.

"Medidas simples como despachar formulários pelos Correios ou de forma eletrônica, com a ajuda de amigos ou parentes mais familiarizados com a tecnologia, vai melhorar a qualidade de vida do segurado. E cabe às autoridades criarem mecanismos e cumprirem seu papel para evitar fraudes."

# Servidores devem fazer prova de vida

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

Brasília - Os servidores federais do Poder Executivo aposentados e pensionistas, que recebem pelo Regime Próprio de **Previdência Social**, deverão voltar a fazer a prova de vida para não terem os benefícios cortados. Suspenso desde março de 2020 por causa da pandemia da Covid-19, o procedimento foi retomado ontem e deve ser feito até 30 de setembro, na maioria dos casos.

A obrigação também vale para os anistiados políticos civis. O calendário será escalonado de acordo com o mês de nascimento. Quem nasceu de janeiro a julho tem até 30 de setembro para fazer

a prova de vida de 2020 e de 2021. Quem nasceu nos meses seguintes obedece a um cronograma distinto para a prova de vida de cada ano, conforme o calendário abaixo.

A prova de vida deve ser feita na agência bancária onde o servidor inativo, pensionista ou anistiado político recebe o pagamento. Algumas instituições financeiras oferecem canais digitais, como caixas eletrônicos e aplicativos móveis. O cidadão deve consultar as opções disponíveis no seu banco.

Caso tenha biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito

(Denatran), o procedimento pode ser feito pelo celular, no aplicativo Meu Gov.br. As orientações para a prova de vida digital estão disponíveis no aplicativo SouGov.br.

Casos excepcionais, como beneficiários internados em unidades de saúde ou encarcerados ou visitas técnicas para quem não pode se deslocar, são regulamentadas pela Portaria 244 e pela Instrução Normativa 45.

Quem não fizer a comprovação de vida até o fim deste mês será notificado até 10 de agosto, para fazê-la em até 30 dias a partir do recebimento da notificação. Mesmo assim, o Ministério da Economia

informa que a data limite, na maioria dos casos está definida para 30 de setembro.

O Senado aprovou na última quarta-feira o projeto de lei que estabelece alternativas de o aposentado

apresentar prova de vida à **Previdência Social**. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Hoje, o aposentado ou pensionista do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deve ir até uma agência do instituto ou à agência do banco onde recebe o benefício. O projeto prevê a apresentação, por meios eletrônicos ou pelos Correios, um atestado médico comprovando a situação do beneficiário. (ABr/Brasil 61)

# Proposta de reforma administrativa permite ampliar terceirização do serviço público

**Fernanda Trisotto**

BRASÍLIA - A reforma administrativa, que mexe com as regras do funcionalismo, pode ampliar as possibilidades de terceirização de serviços públicos, na avaliação de especialistas. Um trecho da proposta prevê que serviços prestados pelo Estado possam ser desempenhados por entidades privadas.

Segundo o texto, a única restrição para uso de pessoal privado seria para atividades desempenhadas por funcionários das chamadas carreiras típicas de Estado, que ainda serão definidas por projeto de lei, mas devem incluir funções como auditor fiscal e diplomata.

O setor privado já tem formas de parcerias com o setor público, como as parcerias público-privadas (PPP) e contratos com Organizações Sociais (OS), mas essas modalidades precisam seguir regras específicas definidas em lei.

O texto da proposta aumenta essas possibilidades ao incluir uma alteração na Constituição que autoriza União, estados e municípios a firmar "instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados".

Para especialistas, como ainda depende de regulamentação posterior, a mudança abre margem para terceirizar qualquer atividade, o que pode afetar até serviços típicos de Estado. Já o governo argumenta que a mudança vai ampliar as alternativas de arranjos institucionais, e rechaça que isso implique, necessariamente, em mais terceirização no setor público.

'Via econômica e simples'

O ex-ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) e sócio do Warde Advogados Valdir Simão vê com ressalvas a mudança, pelo impacto nessas carreiras. Ele cita como exemplo a terceirização de unidades de atendimento do **INSS**. Para ele, a alteração abre margem para substituição de servidores por profissionais do setor privado que desempenhariam função com impactos financeiros ao governo.

- Não estou atacando o artigo 37-A (trecho que permite a parceria com o setor privado) pelo simples

fato de terceirizar atividades, mas precisamos discutir quais atividades. Existem atividades que hoje são executadas por **servidores públicos** com estabilidade que trazem responsabilidade orçamentária e financeira para a União. Resta saber como é que a gente vai organizar essas parcerias para evitar desvio de conduta, corrupção, má gestão dos recursos públicos - avalia.

Para Gil Castello Branco, economista e fundador da Associação Contas Abertas, essa discussão precisa focar na qualidade do serviço prestado ao cidadão e na capacidade de o Estado determinar regras e fiscalizar o cumprimento, para não repetir problemas que já existem hoje.

- A União tem que regulamentar de uma forma clara, exatamente quais são os deveres e obrigação, e também fiscalizar - avalia.

Camilo Onoda Caldas, advogado sócio da Gomes, Almeida e Caldas Advocacia, observa que a lógica de uma PPP, por exemplo, é de o Estado repassar a criação daquilo que não pode fazer para o setor privado, mediante a possibilidade de exploração do serviço, e não repassar ao agente privado a utilização do que foi construído a partir da administração pública.

- A PEC cria uma possibilidade que hoje não está dada diretamente. Ela amplia claramente a possibilidade de terceirização. Como o texto é muito genérico, daria margem para tudo -avalia.

Em nota, o Ministério da Economia argumentou que a mudança não amplia as possibilidades de terceirização. Segundo a pasta, a proposta visa "permitir o compartilhamento de recursos e estrutura para a execução de políticas públicas" que será mais uma alternativa de arranjo institucional, a se somar com as já existentes.

"Quando o gestor público opta pela atuação em parceria, devem ser consideradas diversas questões, como a disponibilidade financeira, o patrimônio público disponível, os recursos humanos, entre outros. A alternativa trazida pelo art. 37-A, de compartilhamento de recursos, pode se mostrar uma via econômica e simples, a depender do contexto", diz a nota.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/proposta-de->

***reforma-administrativa-permite-ampliar-terceirizacao-do-  
servico-publico-25086565***

# Investigação coloca bolsonaristas no foco

**Renato Souza**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou o inquérito aberto na Corte para investigar a organização e o financiamento de atos antidemocráticos. No entanto, determinou a abertura de uma nova apuração, com foco em uma organização criminosa que atua pela internet com a finalidade de atacar o Estado democrático de direito.

Relatório da Polícia Federal cita autoridades que estariam envolvidas na difusão de notícias falsas e ataques com o objetivo de subverter a democracia. Entre os citados estão o presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), ambos filhos do mandatário, além de deputados bolsonaristas, como Bia Kicis (PSL-DF) e Carla Zambelli (PSL-SP).

Na decisão, Moraes destaca existir conexão com o que já foi apurado no inquérito sobre atos antidemocráticos e ordena o compartilhamento integral das provas. "O relatório cita textualmente as seguintes pessoas: Jair Messias Bolsonaro, Tércio Arnaud Tomaz, Eduardo Nantes Bolsonaro, Paulo Eduardo Lopes, Eduardo Carlos Guimarães, Carlos Nantes Bolsonaro, Flávio Nantes Bolsonaro, Alana Passos, Leonardo Rodrigues Barros Neto, Anderson Luis de Moraes, Vanessa do Nascimento Navarro, Paulo Nishikawa, Jonathan Willian Benetti", diz um trecho do relatório do ministro.

De acordo com Moraes, o inquérito foi aberto "em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento, absolutamente semelhantes àqueles identificados no Inquérito 4.781, com a nítida finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de direito". A investigação deve ficar sob a condução da delegada Denisse Ribeiro, em razão da relação com as diligências anteriores.

Parlamentares aliados do governo teriam atuado para provocar o rompimento constitucional, com colaboração do blogueiro Allan dos Santos, acusado de espalhar notícias falsas. "A partir da posição privilegiada junto ao presidente da República e ao seu grupo político, especialmente os deputados federais Bia Kicis, Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), Daniel Lúcio da Silveira (PSL-RJ), Caroline de Toni (PSL-SC) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), dentre outros, além e

particularmente o Ten-Cel. Mauro Cesar Cid, ajudante de ordens do presidente da República, a investigação realizada pela Polícia Federal apresentou importantes indícios de que Allan dos Santos tentou influenciar e provocar um rompimento institucional, particularmente nos eventos ocorridos nos dias 20/04/2020, 26/04/2020 e 06/05/2020", afirmou Moraes.

Conforme o magistrado, as investigações estão baseadas em fundamentos apontados por investigações da PF e diferem da apuração aberta de ofício pelo Supremo para investigar fake news e ataques contra a Corte. Moraes determinou, ainda, que seja investigado o uso irregular de **servidores públicos** pelas deputadas Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Aline Sleutjes (PSL-PR), ambas apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro. No caso de Aline, foram identificados pagamentos não explicados depositados na conta dela por servidores, de acordo com o documento.

Em sua defesa, a deputada Bia Kicis afirmou que foi aberto inquérito de "um crime que não existe" e que vivemos em uma "tortuosa democracia". Zambelli, por sua vez, alegou que "estamos vivendo uma nova era, da ditadura do Judiciário". Os demais citados não se manifestaram.

Sem conclusões

O inquérito sobre atos antidemocráticos foi aberto em abril do ano passado a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), depois que manifestações defendendo a volta da ditadura militar e a intervenção das Forças Armadas e atacando instituições democráticas marcaram as comemorações pelo Dia do Exército em diferentes cidades do país. A investigação, porém, é encerrada sem uma conclusão. Isso porque a própria PGR pediu o arquivamento da apuração em relação a parlamentares bolsonaristas. O argumento foi de que a Polícia Federal não conseguiu delimitar a investigação.

# Bolsonaro volta a falar de fraude sem voto impresso

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a impressão do voto na urna eletrônica em 2022, por duas vezes ontem, em conversa com apoiadores e em sua transmissão semanal pela internet. "Eu entrego a faixa presidencial a qualquer um que ganhar de mim na urna de forma limpa. Na fraude, não", afirmou ele na live. Mais cedo, no Palácio da Alvorada, ele criticou, sem citar nomes, três ministros do Supremo Tribunal Federal que já se manifestaram contra o voto impresso. "Se não tiver [voto impresso], vai ter que ter uma maneira de ter eleições limpas, pois se não tiver vamos ter problemas. Eu estou me antecipando os problemas para o ano que vem", declarou o presidente.

Bolsonaro afirmou ainda: "Tiraram o Lula da cadeia para ele ser eleito na fraude e isso não vai acontecer. Como está aí, a fraude está escancarada. Se essa articulação prosperar, esses três [ministros] vão ter que apresentar outra maneira de termos eleições confiáveis com contagem. Não adianta vir com argumento de que é muito caro, porque dinheiro tem".

Depois, Bolsonaro participou de uma missa com parlamentares e seus familiares, em Brasília. Ele assistiu à celebração ao lado da deputada Bia Kicis (PSL-DF), autora da chamada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, do voto impresso. A missa não estava prevista na agenda oficial do presidente e contou ainda com a presença de outros parlamentares aliados, entre eles Evair de Mello (PL-MG), Eros Biondini (Pros-MG), General Peternelli (PSL-SP), Sanderson (PSL-RS), Diego Garcia (Podemos-PR) e General Girão (PSL-RN).

Antes de comparecer à missa, em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, Bolsonaro retomou o tom que adotou no início do ano, ao comentar a invasão do Capitólio por ativistas ligados ao ex-presidente Donald Trump, que resistia à posse de Joe Biden sob o argumento de que houve fraude no processo eleitoral.

Sem mencionar nomes, o presidente também reclamou de "três ministros" do Supremo Tribunal Federal (STF) que estariam empenhados numa "articulação" para barrar a impressão do voto. De acordo com Bolsonaro, caso o voto impresso não seja implantado no pleito de 2022, "eles (os ministros) vão ter que apresentar uma maneira de ter eleições

limpas".

"Dinheiro tem, já está arranjado dinheiro para as eleições, para comprar impressoras", insistiu Bolsonaro.

No último fim de semana, presidentes de 11 partidos se reuniram e fecharam posicionamento contra o voto impresso nas eleições de 2022. Os caciques das legendas, incluindo os da base do presidente Bolsonaro no Congresso, decidiram derrubar a proposta discutida na Câmara e patrocinada pelo chefe do Planalto. Os ministros Luís Roberto Barroso,

Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do STF convenceram líderes de 11 partidos a recuarem no apoio ao voto impresso. Em sua live ontem, Bolsonaro também atacou o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM). Ele criticou uma emenda apresentada pelo senador para autorizar a compra de vacinas sem autorização da Anvisa. E ainda um projeto de lei que previa pena de prisão a médicos que receitassem medicamentos para doenças não previstas na bula.

### STF abre inquérito que mira filhos do presidente

Brasília - O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou um inquérito aberto na corte para investigar a organização e o financiamento de atos antidemocráticos. Mas determinou a abertura de nova investigação, com foco em uma organização criminoso que atua pela internet com a finalidade de atacar o Estado democrático de direito. Relatório da Polícia Federal cita autoridades que estariam envolvidas na difusão de notícias falsas e ataques com o objetivo de desestabilizar de subverter a democracia. Entre os citados estão o presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro, ambos filhos do mandatário, além de diversos deputados bolsonaristas, como Bia Kicis e Carla Zambelli.

Bia Kicis é citada em um trecho que trata da tentativa de obstrução do andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID. No despacho, o magistrado destaca que existe conexão com o que já foi apurado no inquérito que trata dos atos antidemocráticos e ordena o compartilhamento integral das provas.

"O relatório cita textualmente as seguintes pessoas:

Jair Messias Bolsonaro, Tércio Arnaud Tomaz, Eduardo Nantes Bolsonaro, Paulo Eduardo Lopes, Eduardo Carlos Guimarães, Carlos Nantes Bol-sonaro, Flávio Nantes Bolsonaro, Alana Passos, Leonardo Rodrigues Barros Neto, Anderson Luis de Moraes, Vanessa do Nascimento Navarro, Paulo Nishikawa, Jonathan Willian Benetti" diz um trecho do relatório do ministro.

De acordo com Moraes, o inquérito foi aberto "em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhante àqueles identificados no Inquérito 4.781, com a nítida finalidade de atentar contra a democracia eoEs-tado de direito".

A investigação deve ficar sob a condução da delegada Denisse Ribeiro, em razão da relação com as diligências anteriores. O magistrado determinou ainda que seja investigado o uso irregular de **servidores públicos** pelas deputadas Paula Belmonte e Aline Sleutjes, ambas apoia-doras do presidente Jair Bolsonaro. No caso de Aline, foram identificados pagamentos não explicados depositados na conta dela por servidores, de acordo com o documento.

Marco Aurélio se despede da corte

Brasília - O ministro Marco Aurélio Mello participou ontem da última sessão como magistrado do Supremo Tribunal Federal, após 30 anos de serviços prestados à mais alta corte do país. Ele foi homenageado pelos colegas, advogados e pelo procurador-Geral da República, Augusto Aras. Em razão da pandemia da COVID-19, a despedida do magistrado ocorreu em sessão virtual, por meio de videoconferência.

Ele acompanhou as homenagens de casa. Os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Carmen Lúcia, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli foram presencialmente ao prédio do Supremo. Marco Aurélio chegou ao STF em 1990, após ser indicado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, seu primo. Para mostrar independência de seu familiar, e levar os julgamentos, decisões e rotinas da corte para todo o país, o magistrado foi idealizador da TV Justiça, que transmite as sessões em televisão aberta e na internet.

Em outubro de 2020, ele se tornou o decano, ou seja, ministro mais antigo do Tribunal, e agora deixa o cargo por ter atingido a idade máxima, de 75 anos, para ocupar uma das cadeiras. O atual presidente do Supremo, Luiz Fux, destacou que foram três décadas de dedicação ao posto. "Eu diria que servir ao semelhante é um traço indelével da biografia do

ministro Marco Aurélio Mello. Esse traço é marcado em seu ofício por decisões marcadas de verdadeiro humanismo e espírito constitucional", disse.

Fux anunciou o lançamento de um livro em homenagem ao magistrado. A obra tem as cores do Flamengo, time de coração do decano. "Tenho a honra de anunciar o lançamento da obra "31 anos de ciência e consciência institucionais". Essas eram palavras usadas por Vossa Excelência quando discordava da maioria. O seu telefone quando toca, toca o hino do Flamengo. Por isso, esta obra tem distinção. O seu nome começa em preto, e aqui do lado é vermelho. É um livro para um emérito flamenguista", disse.

No discurso de despedida, Marco Aurélio declarou torcida para que o advogado-do-Geral da União, André Mendonça ou o procurador-geral da República, Augusto Aras, seja o indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para a sua vaga. "Doutor André Mendonça tem a minha torcida para substituir-me. O que disse em relação ao doutor André, falo quanto ao doutor Augusto Aras."

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/07/2021/p11>

# Inquérito dos atos antidemocracia vai mudar alvos

**Rayssa Motta Fausto Macedo Pepita Ortega**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou o inquérito que investigava a organização e o financiamento de atos antidemocráticos. Na mesma decisão, porém, Moraes determinou a abertura de novas frentes de apuração sobre ataques à democracia, aos poderes Legislativo e Judiciário e pedidos de retorno à ditadura militar.

Ao encerrar o inquérito, Moraes acatou recomendação da Procuradoria-Geral da República (PGR). O ministro, entretanto, afirmou que seu gabinete deve passar a investigar a existência de grupos digitais organizados para atacar a democracia do País. Segundo o ministro do Supremo, os métodos e núcleos estruturados são "absolutamente semelhantes" aos identificados no inquérito das fake news, também sob sua relatoria.

"A análise dos fortes indícios e significativas provas apresentadas pela investigação realizada pela Polícia Federal aponta a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no inquérito 4781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito", escreveu.

Moraes também determinou que a delegada Denisse Dias Rosas, até então responsável pelo inquérito dos atos antidemocráticos, assumira a nova investigação.

A estratégia, no entanto, gerou insatisfação na PGR. O vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, criticou a forma como a apuração foi conduzida e disse que as linhas de investigação originalmente traçadas foram reformuladas, deixando lacunas que impediram a continuidade do inquérito sobre os atos contra a democracia.

Moraes também mandou abrir dois inquéritos independentes para investigar as deputadas federais Paula Belmonte (Cidadania-DF), por possível caixa 2, e Aline Sleutjes (PSLPR), por depósitos recebidos de assessores parlamentares.

Procuradas, as deputadas não se manifestaram até a

conclusão desta edição.

Na decisão de 83 páginas, o ministro ainda determinou o compartilhamento integral das provas do inquérito dos atos antidemocráticos com a investigação que apura a divulgação de fake news. O movimento serve para blindar o material recolhido pela PF desde abril do ano passado, quando a apuração sobre os atos começou. Moraes justificou que as duas apurações têm investigados comuns, incluindo **servidores públicos** e parlamentares, e hipóteses semelhantes.

"Covardia". Em sua live semanal nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro classificou a decisão de "covardia" e sugeriu haver relação com a afirmação que ele fez pela manhã, na qual disse haver "articulação" entre três ministros do Supremo para barrar o voto impresso. "Será que é um troco por causa do que falei hoje pela manhã? Não citei seu nome, ministro", disse.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inquérito mira "organização criminosa" antidemocrática

**MARIANA MUNIZ E AGUIRRE TALENTO**  
*opais@oglobo.com.br* BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou o inquérito aberto para investigar atos antidemocráticos ocorridos no primeiro semestre do ano passado e decidiu abrir uma nova investigação, esta para verificar a existência de uma "organização criminosa" digital montada "com a nítida finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de Direito".

A nova investigação foi determinada a partir das provas colhidas pela Polícia Federal, que detectou articulações em tre blogueiros bolsonaristas e parlamentares para ataques às instituições democráticas.

O ministro determinou que o novo inquérito vai analisar "a presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhante àqueles identificados no Inquérito 4.781". Esse inquérito citado por Moraes é o das fake news, que apura ataques aos ministros da Corte.

Na decisão, Moraes cita informações obtidas pela PF sobre a existência de um grupo de divulgação de ideias antidemocráticas. Seria composto por "agentes políticos, **servidores públicos** e autodenominados comunicadores". Dentre eles, estão na mira da nova investigação integrantes do chamado "gabinete do ódio", assessores do Palácio do Planalto que administram páginas suspeitas de ataques à democracia. A decisão também cita assessores do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filhos do presidente, como responsáveis pela divulgação desses ataques.

Moraes também aponta que essa possível organização criminosa "defende a necessidade de exclusão dos Poderes Legislativo e Judiciário na tríade do sistema de freios e contrapesos da Constituição Federal, ora atacando seus integrantes, especialmente, no caso do Congresso Nacional, dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ora pregando a própria desnecessidade de tais instituições estruturais da democracia brasileira".

No mês passado, a Procuradoria-Geral da República havia solicitado o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos contra políticos com foro privilegiado, apontando que a PF não obteve provas contra os parlamentares investigados. A PGR também havia solicitado que novos fatos encontrados na investigação fossem enviados para apuração na primeira instância.

Juridicamente, Moraes não poderia rejeitar o arquivamento solicitado pela PGR, por isso ele acolheu o pedido. Mas argumentou que as novas linhas de investigação que deveriam ser enviadas à primeira instância tinham referência a parlamentares com foro privilegiado, o que justificaria manter o caso no STF. Dessa forma, ele manteve a apuração sob sua relatoria e designou a delegada de sua confiança Denisse Dias Ribeiro, que era responsável pelos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos.

Nos bastidores, o ministro havia manifestado desconforto com a manifestação da PGR sobre o arquivamento. Por isso, a decisão foi vista como uma forma de permitir o prosseguimento das investigações.

## MATERIAL DE CAMPANHA

A nova investigação também vai apurar indícios de que o empresário Otávio Fakhoury fez pagamentos a gráficas destinadas à impressão de material de campanha de Jair Bolsonaro em 2018, sem declaração à Justiça Eleitoral. O caso, revelado pelo GLOBO, aponta suspeita de caixa dois na campanha. Em sua decisão, o ministro aponta que Fakhoury recebeu repasses da Petrobras e que é necessário apurar se há relação desses pagamentos com os gastos para a campanha do presidente Bolsonaro. O empresário nega irregularidades.

"Há necessidade de se apurar se o mecanismo foi utilizado, de alguma forma, como meio para o financiamento de campanha eleitoral ou mesmo da construção e manutenção de estrutura para a produção e divulgação de notícias falsas", escreveu Moraes.

"Fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção,

publicação e político" Alexandre de Moraes, na  
decisão sobre o novo inquérito

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Suspeita de estelionato

***seguranca@svm.com.br***

Oito pessoas foram presas, nessa terça-feira (29), por envolvimento na aplicação de golpes contra **servidores públicos** por meio de substituição de empréstimos consignados. Conforme a Polícia, os valores dos empréstimos chegavam a R\$ 700 mil. As prisões, feitas pela Polícia Civil do Ceará (PCCE), ocorreram no âmbito da segunda fase da operação "Portabilidade Falsa", tendo como alvo uma empresa sediada no bairro Aldeota, em Fortaleza. O grupo em questão foi autuado pelos crimes de estelionato, crime contra a ordem tributária, na Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro, e organização criminosa, estando à disposição da Justiça.

No caso denunciado às autoridades, quatro vítimas não fizeram acordos com a organização, mas receberam valores em dinheiro em suas contas. Ao entrarem em contato com os supostos atendentes da empresa, elas foram orientadas a fazer depósitos de volta para o proprietário da firma, o que consumaria o golpe. De acordo com o delegado Andrade Júnior, titular da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF), o grupo possuía um sistema no qual havia dados das vítimas da ação ilícita. "Conseguiam os dados da vítima, endereços, telefones, salário e margem de crédito dessas vítimas, e aplicavam o golpe", explica.

## Portabilidade

Inventavam essa questão da portabilidade e induziam a vítima a assinar um contrato de empréstimo", explica. As vítimas só tinham conhecimento do empréstimo após o valor entrar nas contas delas. Quando elas percebiam as quantias, buscavam os golpistas informando não ter pedido o empréstimo. O grupo, então, respondia que a transação fora um erro, oferecendo, em seguida, um contrato de cessão. Nesse contrato, eles induziam os contratantes a depositar 90% desse empréstimo na conta da empresa, a qual afirmava que pagaria as parcelas, e os 10% restantes ficaram com as vítimas - o que, para elas, representaria um "bom negócio", segundo Andrade Júnior. No entanto, depois de pagar "duas ou três" parcelas, a empresa parava com os pagamentos, deixando as vítimas no prejuízo.

Ainda segundo o delegado da DDF, o grupo tinha um mesmo modus operandi, mudando de empresa para evitar que as pessoas façam as cobranças. Dentre as vítimas, estão militares, aposentados e funcionários

públicos. Os valores dos empréstimos, conforme Andrade Júnior, variam entre R\$ 50 mil e R\$ 700 mil. "Muitas vítimas buscaram a delegacia, e a gente acredita na faixa de pelo menos 100 vítimas. Temos um grupo aí que tem 40 vítimas num grupo de WhatsApp só dessa organização criminosa", pontua. A investigação calcula que o grupo já movimentara mais de R\$ 12 milhões no Estado.

## Para denunciar

Caso queira contribuir com as investigações, a população pode repassar informações para número 181, o Disque-Denúncia da SSPDS; o telefone (85) 3101-2505, da DDF, ou para o (85)3101-0181 (WhatsApp). Neste número, podem ser feitas denúncias via mensagem, áudio, vídeo e fotografia. O sigilo e o anonimato são garantidos pelas autoridades.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Guedes diz que IR de empresa pode cair mais

**VERA BATISTA**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou a importância da **reforma tributária** que está em tramitação no Congresso e disse que, se o governo conseguir derrubar "2, 3 ou 4 lobbies" de grandes empresas com altas isenções, e também aprovar a taxação de dividendos (de 20%), será possível reduzir a tributação em até 10 pontos percentuais para todas as outras empresas do país. "Vamos reduzir o Imposto de Renda das empresas. Nosso compromisso é claro", afirmou. Em relação aos dividendos, ele deixou claro que apenas um número pequeno de pessoas físicas, em relação à quantidade de habitantes têm benefícios especiais.

"Apenas 20 mil pessoas receberam R\$ 280 bilhões em isenções. É simplesmente inaceitável em uma economia desigual. Depois, não pode reclamar da distribuição de renda, que está muito ruim", disse. "Nós estamos convencidos de que vamos no caminho certo", reiterou. Guedes lembrou que, há 25 anos, as empresas estão sendo altamente tributadas e as pessoas físicas que ganham dividendos, não. "Os empresários são o motor do crescimento. É lá (na empresa) que ocorre o milagre da produtividade, com mais salário e mais emprego. Então, aumenta-se a tributação sobre os rendimentos de capital da pessoa física. E vamos reduzir as empresas e os assalariados, com redução da taxa de baixo." O ministro lembrou que já tinha enviado ao Congresso um pedido para queda na alíquota do IRPJ de 2,5 pontos percentuais, em 2021, e mais 2,5 pontos percentuais em 2022. Na terça-feira, ele já havia dito que o corte de 2,5 pontos percentuais em 2022 era pouco e que poderia ser ampliada para 5 pontos percentuais já no ano que vem. "Agora, estamos reavaliando para 5 pontos percentuais já e talvez até 10 pontos percentuais na alíquota, desde que sejam revistas isenções, às vezes, de uma empresa só. Podemos ir até uma redução de 10 pontos percentuais", insistiu.

Ele admitiu que esses contribuintes, especificamente, têm poderosos lobbies no Congresso, o que é correto do ponto de vista da democracia. "Mas cabe ao governo filtrar o que é socialmente aceitável. Onde todos pagam, pagamos todos menos. Se deixar (de beneficiar) um lobby, podemos reduzir em 5 pontos percentuais do IR. Mas se tivermos a coragem de remover 2, 3, 4 grandes subsídios, podemos reduzir

mais ainda para todas as empresas brasileiras", assinalou.

# Denúncias de corrupção põem reformas em risco e preocupam equipe econômica

**Fábio Pupo Bernardo Caram**

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) teme os efeitos da crise política do governo Jair Bolsonaro nas reformas econômicas. As recentes denúncias de corrupção, a CPI da Covid e a aproximação da eleição colocam o time em alerta.

Assessores do ministro já calculam o risco de o cenário atual de escândalos afetar não só o andamento das reformas tidas como estruturais, como o formato final dos textos em discussão no Congresso.

A Folha mostrou que empresários e investidores brasileiros começaram a ficar preocupados com a série de escândalos na compra de vacinas. Isso poderia, para eles, comprometer as principais propostas de Guedes.

Haveria eventual aumento do risco-país e fuga de capital, em especial em caso de impedimento de Bolsonaro. Nesta quarta-feira (30), foi apresentado na Câmara um superpedido de impeachment do presidente.

Integrantes do time de Guedes afirmam que as denúncias devem ser apuradas. No entanto, eles apostam na manutenção da base parlamentar e no insucesso dos pedidos de impeachment.

Mesmo assim, parte dos membros relata o receio de que as suspeitas de corrupção no Ministério da Saúde não parem por aí e cresçam a ponto de prejudicar a articulação em projetos prioritários.

Os casos vêm se avolumando. A Folha mostrou que representante de uma vendedora de vacinas diz ter recebido de um diretor da pasta da Saúde pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar um contrato.

A Folha revelou ainda, no dia 18 de junho, o teor do depoimento sigiloso do servidor Luis Ricardo Miranda ao MPF (Ministério Público Federal), no qual relatou pressão atípica para liberar a importação da Covaxin. Desde então, o caso está no foco da CPI.

Além de intensificar as críticas que as reformas apresentadas já vêm recebendo, o cenário político tumultuado pode ter como efeito colateral, na visão da

equipe de Guedes, o desequilíbrio orçamentário em uma das principais iniciativas do governo para o ano eleitoral: a reformulação do Bolsa Família.

Isso porque o novo programa social a ser lançado por Bolsonaro em meio à queda de popularidade e às vésperas de ano eleitoral depende de até R\$ 20 bilhões a serem obtidos com as mudanças no Imposto de Renda em 2022, como mostrou a Folha.

Caso o projeto de lei do governo enviado na semana passada seja alterado demais, com a classe política buscando maior apoio da opinião pública em meio a um enfraquecimento da articulação, a margem de manobra para o programa pode diminuir.

Apesar de usarem o argumento de que a **reforma tributária** deve ser fiscalmente neutra, não há garantia que o Congresso seguirá tal premissa durante a tramitação.

Também tem sido considerado na equipe o risco de as discussões da reforma se prolongarem em meio às vésperas do calendário eleitoral a ponto de não haver aprovação em 2021, impedindo as novas receitas no próximo ano e forçando a busca por alternativas.

Para parte dos integrantes ouvidos, a janela de aprovação de projetos pode, inclusive, se encerrar antes do previsto por causa do contexto político. Hoje, esse prazo é estimado até setembro ou outubro.

A Constituição proíbe a cobrança de mais **impostos** no mesmo exercício em que as regras foram alteradas, baseada no princípio de que os contribuintes precisam de tempo para se adaptar. Para valer em 2022, portanto, a parte do projeto que gera aumento de tributação precisa ser aprovada neste ano.

A situação é monitorada enquanto o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinaliza mudanças na proposta.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, ele disse que a tributação apresentada para os dividendos (20%) ficou elevada. Diante de reclamações sobre o texto, até mesmo Guedes tem falado em mudanças no projeto.

Nesta quinta-feira (1º), o ministro afirmou que a alíquota de 15% do Imposto de Renda para empresas pode cair 10 pontos percentuais em vez de 5.

Se a desidratação no Congresso se ampliar e não ter as devidas compensações, as contas para o programa social podem ficar em xeque.

Já é mencionada até mesmo a possibilidade de voltar a serem estudadas saídas como a do corte no abono salarial. A medida chegou a ser vetada pelo presidente em 2020 por "tirar dos pobres para dar aos paupérrimos".

Já a reforma administrativa, que é alvo de críticas de servidores, também pode ter ataques intensificados em meio ao cenário caótico, de acordo com o entendimento de integrantes da equipe.

Nesse caso, tem influência o interesse de congressistas de diferentes partidos em usar as críticas à proposta como palanque eleitoral -agradando categorias que vão de professores a policiais.

Pela ala política, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), citado pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF) na CPI da Covid, tentou nesta quinta transmitir a mensagem de normalidade. No Planalto, promoveu reunião com líderes para tratar da reforma administrativa.

Os auxiliares de Bolsonaro viram com desconfiança o encontro. A reunião contou com a presença de apenas uma ministra, Flávia Arruda (Secretaria de Governo), que fez uma fala inicial e abordou a importância da reforma.

Para assessores do presidente, a reunião foi uma forma de Barros expressar para seus pares que tem poder no governo mesmo diante das acusações que pesam contra ele.

Em meio às preocupações, pessoas próximas a Guedes pretendem reforçar o contato com congressistas da base aliada. A ideia é manter um ambiente favorável e fazer a pauta econômica caminhar em paralelo às investigações.

Guedes afirma que CPI da Covid é "perde-perde enorme"

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta (1º) que a CPI antecipa o ciclo eleitoral e sugeriu que a apuração de eventuais culpas seja feita depois que "acabara guerra". Em videoconferência com o empresário Abilio Diniz, o ministro afirmou que não vai se meterem política, mas fez críticas à atuação da CPI. "Eu sempre dizia que tanto para distribuir

medalhas, dar aumento de salário ao funcionalismo, quanto para apurar culpa, que é o tribunal de guerras, primeiro você espera a guerra acabar. Estamos em pleno combate à pandemia, você precisa acabara guerra. Quando acabar, você dá medalha para quem trabalhou direito e dá punição no tribunal de guerra para quem cometeu crimes de guerra"

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49576>**

# Presidenciáveis defendem reformas tributária e política

Os presidenciáveis Ciro Gomes (PDT), Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Eduardo Leite (PSDB) convergiram mais do que discordaram em caminhos possíveis para a superação das graves crises sanitária e econômica do País.

No primeiro debate da série Primárias, realizado ontem, em São Paulo, pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com o Estadão, os três potenciais candidatos em 2022 defenderam a necessidade de uma **reforma tributária** e mudanças no sistema político nacional como essenciais para a retomada do crescimento e o estabelecimento de um ambiente político mais estável.

Marcado pelo tom propositivo, o encontro mediado pelo cientista político e presidente do CLP, Luiz Felipe d'Avila, expôs também os temas e bandeiras que eles pretendem apresentar neste período ainda distante da campanha eleitoral do ano que vem: Ciro, ex-ministro e ex-governador do Ceará, reiterou a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento. Leite ressaltou a defesa do equilíbrio fiscal, citando, sempre que pode, sua experiência como governador do Rio Grande do Sul; Mandetta, se destacou pela crítica contundente ao governo do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a integrar como ministro da Saúde.

Os três avaliaram que, para além da tragédia sanitária, a pandemia exige respostas imediatas nos campos econômico e social e discutiram questões como crise energética, Sistema Único de Saúde (SUS), desmatamento da Amazônia e desenvolvimento.

Escolhido por sorteio, Mandetta foi o primeiro a falar, defendendo uma **reforma tributária**, para que o Brasil não seja "um inferno fiscal".

Ele disse também que os programas de suporte social devam ser continuados.

"Vamos ter de fazer transferência de renda por um bom tempo porque as pessoas estão passando fome", afirmou. Mandetta pediu ênfase no setor de construção civil.

Ciro Gomes afirmou que quer "devolver ao País uma noção de projeto nacional de desenvolvimento. "Hoje, ninguém sabe para onde o Brasil está indo em nenhum setor". Ele disse que, se eleito presidente,

tomaria três providências: o socorro às famílias endividadadas, o socorro às empresas "colapsadas" e a elaboração de um plano de R\$ 3 trilhões em dez anos para retomar o crescimento.

Leite lembrou que não se pode crescer sem implementar uma política nacional de imunização. Para ele, "a vacinação é o primeiro passo para que se possa ter tranquilidade para pensar o crescimento para além da recuperação pós-pandemia".

Em resposta a uma questão sobre a proposta de semipresidencialismo encampada pelo ex-presidente Michel **Temer**, Leite lembrou que o PSDB mantém a bandeira do parlamentarismo, mas que este é um processo longo.

Destacou que a instabilidade política gera riscos econômicos e defendeu que o próximo presidente da República não se candidate à reeleição.

"A gente não pode banalizar o impeachment, mas não pode permitir que se banalize a Presidência da República", afirmou, ressaltando que as atuais denúncias "merecem ter toda a atenção para, se for o caso inevitável, dar curso ao processo de impeachment".

"A primeira maldade que fizeram na condução dessa pandemia foi a quebra do pacto federativo", completou Mandetta. "O governo fez uma intervenção militar sem preparo técnico para se ausentar do processo.

Isso causou uma enorme ruptura no nosso sistema de saúde".

Diante das denúncias de suposta cobrança de propina para a compra de imunizantes, o ex-ministro da Saúde afirmou também: "Além de não adquirir, de atrasar, ainda coloca sob suspeição o uso de corrupção do dinheiro público na compra. Partir para negociatas na compra de vacina me parece que esse é o crime principal".

Mandetta reconheceu que o País vive uma dualidade: presidencialismo com Congresso forte. E disse que seria interessante a adoção de mecanismos do parlamentarismo, como o voto de desconfiança. "Sem a **reforma política** o Brasil caminha para a divisão", afirmou o ex-ministro. Em outros momentos do debate,

Ciro defendeu taxar grandes fortunas - acima de 20 milhões. Mandetta disse **temer** a fuga de capitais Nas considerações finais, o presidenciável do PDT defende união em torno de um projeto comum. Mandetta também falou em diálogo.

"Tem caminho, tem união, gente que está a fim de fazer e tem pressa." Leite concluiu defendendo que o Brasil volte ao centro com políticas ambientais, ações de proteção social e respeito à diversidade.

Exames. Os três participantes se submeteram a exames da covid-19 e testaram negativo assim que entraram no teatro D. O esquema sanitário do debate foi rigoroso. Não houve participação do público e restrição de assessores.

Uma vez feito o teste, não era mais permitido sair do teatro.

Orientação

Eduardo Leite disse ontem pela 1ª vez em público que é gay, durante o programa Entrevista com Bial, da TV Globo.

"Sou gay e sou um governador gay. Não sou um "gay governador", tanto quanto Obama não foi um "negro presidente"."

Debatedores preferem distância dos atos de rua pelo impeachment

Os três pré-candidatos à Presidência identificados com o centro político nacional que participaram ontem do debate "Primárias" promovido pelo Estadão em parceria com o Centro de Lideranças Políticas (CLP), os ex-ministros Ciro Gomes (PDT) e Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o governador Eduardo Leite (PSDB), disseram que não pretendem participar dos atos de rua convocados para amanhã por organizações e partidos de esquerda para pedir o impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Entre os participantes do debate, apenas Ciro se disse favorável ao movimento pluripartidário que reuniu lideranças da esquerda, centro e direita em um "superpedido" protocolado nesta semana na Câmara dos Deputados.

Ciro disse ter um sentimento dúbio em relação aos atos. "De um lado, considero que o Brasil ainda não superou a pandemia. Mas, de outro, o Bolsonaro está destruindo a nação brasileira. Entre um valor e outro, estou dizendo às pessoas que pensem nisso e, se resolverem ir, que vão, mas com muito cuidado. Nesse momento estou decidido que não é correto eu ir, mas vou consultar as pessoas", disse Ciro.

"Tenho vários relatos de pessoas que foram às manifestações e saíram porque se sentiram constrangidas.

Colocaram adesivos de Lula ou movimentos ligados a partidos políticos.

Isso acaba nos afastando. Pelo nível de insatisfação da população, se não fosse a cooptação por movimentos, muito mais gente estaria nas ruas", afirmou Leite. Já Mandetta, que foi ministro da Saúde de Bolsonaro, mas rompeu com o presidente, foi contundente.

"Tenho evitado aglomerações.

Não sei se está na hora de aglomerar.

Não sei quem vai, mas o vírus vai estar lá."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# As tais reformas - LAURA KARPUSKA

**LAURA KARPUSKA**

É claro que o Brasil precisa de reformas. O Estado brasileiro arrecada mal - de forma distorcida e regressiva -, gasta mal e possui um maquinário ineficiente.

**Reforma tributária**, priorização de gastos e reforma administrativa seriam muito bem-vindas. Mas, para isso, elas precisam ser bem desenhadas e discutidas.

Um bom debate de políticas públicas, que incorpore as sugestões da sociedade e as observações dos corpos técnicos, é condição necessária para que as reformas sejam bem-sucedidas.

Porém, não é condição suficiente.

A economia política se impõe aqui. Como vimos no caso da reforma da Previdência, que foi amplamente discutida durante o governo **Temer**, o debate precisa acontecer na esfera política também. Não foi à toa que o governo Bolsonaro conseguiu passar uma reforma. Foi uma herança bendita do governo anterior.

A dificuldade deste governo em promover boas reformas ficou evidente com a PEC emergencial, por exemplo.

O governo decidiu aglomerar três PECs numa só: pacto federativo, PEC emergencial original e a PEC de desvinculação dos fundos públicos. A percepção é que o efeito dessa PEC seria quase nulo no curto prazo e duvidoso no longo prazo. As propostas feitas pelo governo constantemente carecem de detalhamentos importantes para uma boa análise de custo-benefício e até da constitucionalidade das propostas.

Outro exemplo foi a privatização da Eletrobrás, feita por medida provisória, deixando o conflito de interesses entre políticos e sociedade explícito. A sociedade perdeu. Essa privatização vai custar caro aos brasileiros, e os cofres públicos verão poucos recursos, como ressaltou Elena Landau, em coluna neste espaço na sexta-feira passada. Reserva de mercado para térmicas e pequenas centrais hidrelétricas, além de R\$ 4 bilhões para a criação de uma nova estatal que deve absorver Itaípu e Eletronuclear, são exemplos de jabutis que tomaram conta dessa privatização.

Tivemos também o debate da reforma administrativa. O texto não incorpora juizes e procuradores. Além

disso, aumenta o limite de nomeação dos chamados cargos de confiança em quase cinco vezes. Como no caso da privatização da Eletrobrás, em que se criou uma estatal para se privatizar outra, na reforma administrativa, que visaria a melhorar a eficiência do Estado, aumentaram-se os cargos públicos de mais difícil monitoramento.

Foi a vez também da **reforma tributária**.

No Congresso, existem duas grandes reformas já em discussão: a PEC 45/2019 e a PEC 110/2019. Ambas pretendem simplificar o código tributário e possuem regras de transição claras. O governo decidiu não apoiar nenhum dos textos, jogando fora trabalho técnico de anos. A proposta enviada considera tributar lucros e dividendos em 20%, sem período de transição, e aumentar a faixa de isenção da tabela de Imposto de Renda para pessoa física.

Uma **reforma política** também está sendo discutida. Em vez de considerar cláusulas de barreira, para desincentivar partidos pouco representativos, a discussão hoje é acabar com o sistema proporcional no Legislativo e lançar o "distritão". Isso enfraquece a representatividade de minorias e tira o poder dos partidos, que são fundamentais para a boa prática política. Eles reduzem a individualização da política, ajudam a agregar plataformas ideológicas e servem como parte do processo de accountability político.

A reformulação do Bolsa Família também parece ignorar debates técnicos.

O governo quer liberar 30% do valor recebido para crédito consignado como forma de estimular o "empreendedorismo". Programas de assistência social têm como objetivo essencial aliviar a pobreza extrema e prover um ambiente minimamente saudável para que as crianças e suas famílias possam se dedicar às suas atividades. Vincular isso a uma discussão de "empreendedorismo" é obtuso. Além disso, vai na contramão da discussão técnica vanguardista na economia hoje, em que se debate renda universal ou programas focais abrangentes.

Discutir reformas no atual ambiente político que vivemos é criar o ambiente propício para que elas sejam mal desenhadas, fazendo com que reformas importantes para o nosso País funcionem como cortina de fumaça para a inépcia, incapacidade de gestão de governos e escândalos de corrupção que aparecem toda a semana.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Reforma Tributária (2)

**Rogério Gallo é secretário de Fazenda de Mato Grosso**

No Brasil, houve ao menos duas grandes reformas tributárias nos últimos cinquenta anos.

Vamos falar hoje da primeira delas, que ocorreu na década de 1960, mais especificamente com a Emenda Constitucional 18, de 1º de dezembro de 1965, complementada posteriormente pela Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, que é o Código Tributário Nacional ainda vigente.

Essa reforma de 1965 foi extremamente relevante porque modificou a equivocada estrutura da tributação do país fundamentada na Constituição de 1946, que definia a tributação não a partir de fatos econômicos, mas pela mera descrição de fatos jurídicos, que não raro culminava em bitributação dos mesmos fatos por entes federativos distintos. Além disso, até 1946 os **tributos** sobre o comércio eram pagos em cascata.

A reforma de 1965 inaugurou um robusto capítulo de garantias para os contribuintes, diminuindo os **impostos** de 20 para 12 e trazendo uma delimitação mais precisa dos fatos econômicos praticados pelos cidadãos e pelas empresas que estariam submetidos à tributação.

É de 1965 também a criação do então Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), então concebido como um dos primeiros **Impostos** Sobre Valor Agregado (IVA) no mundo, que tem por essência a tributação do produto desde a sua cadeia de produção até o consumidor apenas da parcela do valor agregado em cada etapa, descontando o imposto recolhimento na etapa anterior.

Essa reforma de 1965, se teve por objetivo também de melhor organizar a distribuição das competências tributárias entre a União, os Estados e os Municípios, em termos fiscais também perseguiu um objetivo claro: diminuir o deficit do Tesouro Nacional, que, pela política de estímulo à industrialização praticada entre 1940 e 1960 a partir do investimento público ou de créditos públicos, gerou um aumento da despesa de 8% do fim da década de 1940 para 13% do **PIB** no início de 1960.

Em resumo, os gastos públicos não eram mais cobertos pela estrutura de **tributos** vigentes até 1965, mas sim por emissão de moeda pelo Tesouro Nacional. Emitia-se papel moeda para cobrir o deficit.

Mais dinheiro circulando fez a **inflação** saltar de 12,4% em 1950 para 71,3% em 1963.

Para conter esse ciclo, a **reforma tributária** de 1965 aumentou a carga tributária bruta de 17,01% em 1964 para 22,31% em 1966, concentrando boa parte desse aumento de arrecadação no governo central. Não à toa que, em 1970, foram criados o PIS/ Pasep e o Finsocial, contribuições federais não partilhadas com Estados e Municípios.

Após essa forte concentração de receitas pelo governo central, chegase ao ano de 1988, marco da segunda grande **reforma tributária** dos últimos 50 (cinquenta) anos, e que será tratado em outra oportunidade.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10595>

# Crédito consignado para o Bolsa Família

**Ludmila Azevedo**

O governo federal pretende fazer uma série de mudanças no Bolsa Família, incluindo a possibilidade de empréstimos consignados com limite de até 30%.

Isso significa que não será possível comprometer mais do que 30% da renda com o crédito: se o beneficiário tem direito a R\$ 150, os pagamentos mensais não podem ser maiores que R\$ 45.

Com essa modalidade de empréstimo, as parcelas da dívida são pagas por meio de um desconto mensal no valor do benefício, assim como já é possível fazer com a aposentadoria. Será função do Ministério da Cidadania definir as condições do crédito, assim como os critérios para os acordos com as instituições financeiras interessadas em ofertar o empréstimo.

O tomador do dinheiro que perder a condição de beneficiário do Bolsa Família continuará responsável pela quitação do empréstimo ao banco.

O novo programa vai permitir ainda o pagamento de mensalidade em creches particulares, comunitárias ou filantrópicas regularmente instituídas.

O vale-creche será pago diretamente às instituições. Somente se não existirem vagas em creches públicas ou privadas, o recurso será repassado diretamente à família. O valor será destinado a crianças de seis a 47 meses de idade (quase quatro anos), desde que o responsável possa comprovar que possui emprego formal.

O governo tem ainda a intenção de aumentar o valor do Bolsa Família. Hoje, o valor máximo que pode ser pago é de R\$ 250. Mas o novo benefício vai depender da aprovação da reforma do Imposto de Renda no Congresso, além

da folga em 2022 no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**.

"É importante aumentar o valor do benefício para que essas famílias carentes consigam consumir o básico, apesar da **inflação**, mas o recurso deveria ser custeado pela máquina pública, e não por meio do aumento dos **tributos**", analisou o advogado Samir Nemer, especialista em Direito Tributário.

Para ele, o novo Bolsa Família vem para criar pressão para que o Congresso aprove as medidas da **reforma**

**tributária.**

"Com a reforma do Imposto de Renda, os dividendos das empresas seriam tributáveis em 20%, em vez de isentos, como é hoje, e isso pode afastar os investidores", completou.

Vale para pagar dívidas, dizem especialistas

Especialistas veem a novidade com preocupação, já que a possibilidade de empréstimo consignado pode aumentar o endividamento de famílias já empobrecidas. Uma forma de utilizar bem esse recurso seria pagando dívidas de cartão de crédito e cheque especial, por

exemplo, que têm juros mais altos.

"Nesse caso vale a pena trocar uma dívida por outra, já que o consignado tem juros baixos. Não vale a pena usar esse crédito para fazer compras, por exemplo", afirmou o economista Mário Vasconcelos.

Para o economista Marcelo

Loyola, a população deve ter em mente que criar dívida é um último recurso para casos de emergência. "É importante observar o limite do crédito antes de quitar dívidas. É preciso ter muita cautela com esses recursos, para que não seja criado um exército de inadimplentes."

# Arthur Lira afirma que agora cabe ao Congresso discutir a reforma tributária

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP--AL), afirmou ontem que no momento cabe ao Congresso discutir a **reforma tributária**, e avaliou que os projetos que tramitam na Casa sobre o tema possam ser votados ainda antes do recesso parlamentar.

"O debate agora está no Congresso. É importante que o ministro se posicione, mas o debate agora está no Congresso", disse o deputado, questionado sobre fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a possibilidade de o governo propor a redução de 10 pontos percentuais na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

"Vamos ouvir a todos, lógico que também a (pasta da) Economia, lógico que as partes interessadas, mas essa conta é matemática, a gente tem que contar coma a ajuda de todos para chegar

em uma reforma neutra, sem cunho arrecadatário", avaliou o presidente da Câmara a jornalistas.

Para Lira, há chances de votação ainda antes do recesso parlamentar das duas propostas que reorganizam o sistema tributário em tramitação na Casa: a que trata da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e outra sobre o Imposto de Renda.

O deputado afirmou que os relatores dos dois projetos têm mantido conversas com o Ministério da Economia, com representantes do Banco Central e ouvindo os seguimentos abarcados pelas propostas.

"Há chance dos dois PLs da **reforma tributária** serem aprovados antes do recesso, mas temos que chegar a um texto que traga melhorias ao

sistema efetivamente, mesmo com a simplicidade do quórum", publicou o deputado posteriormente no Twitter.

O presidente da Câmara, que teve reunião com líderes de bancada nesta quinta, avisou os parlamentares que não haverá o chamado recesso branco caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 não seja votada até o dia 17 de julho.

Pela Constituição, é necessário que a LDO tenha sido votada até essa data para que o Parlamento possa interromper seus trabalhos até o dia 1º de agosto. No entanto, há o costume entre deputados e senadores, mesmo quando a proposta não é votada no prazo, de reduzir o ritmo de trabalhos na segunda quinzena de julho. (Reuters)

# Guedes volta a defender taxa nos moldes da CPMF

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender um imposto sobre transações financeiras (nos moldes da extinta CPMF) para compensar a desoneração da folha de pagamento. "Esse imposto sobre pagamento não é declaratório, não tem que preencher papel, não tem que pagar advogado, ninguém está isento. Falam que ele é regressivo, cruel, mas não é. Se todo trabalhador que ganha R\$ 1.500 receber um aumento de R\$ 1,50, já compensa essa incidência do tributo", afirmou, em evento virtual organizado pelo empresário Abílio Diniz.

Para Guedes, as pessoas são contra esse imposto por causa da "economia de drogas, de corrupção e do tráfico de armas". "Todo mundo pagaria e as digitais poderiam ficar em transações bancárias, e aí o próprio banco fica apavorado e diz que vai destruir o sistema de intermediação financeira. O banco quer beber dessa água sozinha", argumentou.

Alíquota O ministro disse ontem (1º) que o governo pode propor a redução de até 10 pontos percentuais do imposto de renda cobrado de pessoas jurídicas (empresas, fundações, sociedades, igrejas, organizações não governamentais e partidos políticos) caso consiga aprovar, no Congresso Nacional, o fim da concessão de isenções "bilionárias para poucas empresas". De acordo com o ministro, a equipe econômica está refazendo os cálculos que embasaram a proposta da **reforma tributária** entregue ao Congresso Nacional na semana passada.

No texto já apresentado, o governo propõe reduzir o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) dos atuais 15% para 10% de forma escalonada. Pela proposta original, a mudança na alíquota ocorreria em duas etapas, a alíquota diminuiria para 12,5% ainda este ano e para 10% apenas em 2023, totalizando uma redução de 5 pontos percentuais.

"Já estamos reavaliando para uma redução imediata de cinco [pontos percentuais] e, talvez, de até 10 [pontos percentuais] de queda imediata nas alíquotas [cobradas] das empresas, desde que consigamos aprovar a remoção de isenções bilionárias que, às vezes, [beneficiam] uma única empresa", disse Guedes, ao apresentar os resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) de maio, mês em que houve um saldo de 280,6 mil postos de trabalho formais.

**Site:** <http://www.jornaldacidade.net/jornal-online>

# Arthur Lira define pautas prioritárias para votação na Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), definiu com os líderes partidários as pautas prioritárias de votação até o fim deste semestre.

Segundo Lira, entre os projetos que poderão ser votados nos próximos 15 dias estão a proposta do fim dos supersalários e alterações no Código do Processo Eleitoral.

Ele defendeu a instalação da Comissão Mista de Orçamento para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias antes do recesso parlamentar.

Lira afirmou que, se a LDO não for votada, não haverá recesso e, portanto, os trabalhos na Câmara não serão interrompidos.

Lira destacou que a proposta que dificulta o pagamento de verbas que ultrapassem o teto salarial do serviço público é um condicionante para a aprovação da reforma administrativa.

O PL 6726/16 já passou pelo Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados desde 2018. A proposta normatiza as regras para o pagamento das verbas e gratificações que ultrapassem o limite constitucional, que é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje fixado em R\$ 39.293,32.

"É necessária uma análise desse projeto por parte dos deputados, porque é uma demanda das sociedade para que se corrijam essas distorções, para que o Estado fique mais leve", disse.

Regularização fundiária - Lira também indicou que deve pautar na próxima semana a votação do projeto da regularização fundiária (PL 2633/20). O texto estabelece critérios para a regularização fundiária de imóveis da União, incluindo assentamentos. As regras são restritas a áreas ocupadas até julho de 2008 com até seis módulos fiscais, unidade fixada para cada município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que varia de 5 a 110 hectares.

**Reforma tributária** - Em relação à **reforma tributária**, Lira afirmou que os dois projetos que tramitam na Câmara sobre o tema podem até ser votados antes do recesso parlamentar, mas ressaltou a importância de que os relatores construam um texto de consenso.

Segundo ele, é importante que os relatores ouçam tanto o governo quanto especialistas e os parlamentares para aprimorar a proposta.

"O importante é que seja uma proposta neutra, que não diminua a arrecadação, que possa simplificar, trazer segurança jurídica e menos custos para as empresas e não atrapalhem o crescimento. Agora, não adianta pela simplicidade do quórum (maioria simples), fazer uma votação que não traga uma melhora para o sistema tributário", defendeu Lira.

Mandante de campo - Lira também informou após a reunião de líderes que o Projeto de Lei 5197/20, que amplia o direito ao mando de campo nas partidas de futebol, também poderá ser votado até o final deste semestre. Ele indicou o deputado Júlio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) como relator da proposta.

Pelo texto, o mando de campo deverá ser exercido preferencialmente no limite da jurisdição da federação a que pertença o clube mandante, mas a agremiação pode escolher outras praças.

**Site:** <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf#undefined/1>

# Reforma tributária: o que Guedes vinha prometendo e o que entrou no projeto

*Isaac de Oliveira*

A **reforma tributária** é uma promessa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) desde sua campanha, em 2018, e que vem sendo apresentada em parcelas nos dois anos e meio de sua gestão. Até o momento, duas fatias da reforma foram apresentadas pelo Ministério da Economia, mas com algumas divergências em relação ao que vinha sendo prometido.

A primeira etapa da reforma, entregue ao Congresso em julho de 2020, consiste em um projeto de lei que propõe a unificação do PIS/Pasep (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) em um imposto único, chamado de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

A segunda fatia da proposta, com foco na reformulação das regras do Imposto de Renda, foi encaminhada ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na última semana. O projeto aumenta, por exemplo, a faixa de isenção do IR para pessoas físicas e estabelece a taxação de lucros e dividendos de empresas.

Confira algumas das diferenças entre o que foi prometido pelo governo e o que entrou nas propostas divulgadas.

O governo tinha planos de divulgar a **reforma tributária** em 2019. Mas a entrega foi sendo adiada mês a mês ao longo daquele ano, entre indefinições sobre detalhes do projeto, como a criação de uma nova CPMF, e demissões, como a do ex-secretário especial da **Receita Federal** Marcos Cintra.

Devido a impasses entre o Ministério da Economia e o Congresso, onde já tramitavam outras propostas de reforma, o governo decidiu apresentar um projeto próprio, porém, em etapas.

A primeira parte, contudo, só foi enviada à Câmara dos Deputados em julho de 2020, quatro meses após o início da pandemia. O pacote de medidas não incluiu a criação de um imposto nos moldes da CPMF. Esse é um ponto polêmico, que derrubou Cintra do cargo, e deve ficar para a última etapa da reforma.

Em julho de 2020, o ministro da Economia, Paulo

Guedes, entregou pessoalmente a primeira fatia da **reforma tributária** aos presidentes da Câmara e do Senado, à época, Rodrigo Maia (sem partido-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), respectivamente. Nesse projeto, o governo propôs unificar o PIS e a Cofins na CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), com uma alíquota de 12%.

Mas o governo já havia considerado fazer a fusão de cinco **tributos** no total.

Vamos baixar, simplificar, reduzir **impostos** para o Brasil crescer. É a **reforma tributária**. Primeiro, vamos pegar três, quatro, cinco **impostos** e fundir em um só. Vai chamar imposto único federal, disse Guedes, em 2019.

Além do PIS e Cofins, já houve a possibilidade de unificar também o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Durante sua campanha eleitoral, em 2018, o presidente Jair Bolsonaro prometeu subir a faixa de isenção do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) para até cinco salários mínimos, o que equivalia a R\$ 4.770 na época e a R\$ 5.500 atualmente.

Mas a proposta apresentada pelo governo na sexta-feira (25) definiu a isenção para quem recebe até R\$ 2.500, que é menos da metade da meta estipulada por Bolsonaro. Pela regra atual, são isentas apenas as pessoas físicas que ganham até R\$ 1.903,98.

Os R\$ 2.500 também ficam abaixo do limite de R\$ 3.000, que Bolsonaro chegou a comentar em janeiro deste ano.

Conforme integrantes do Ministério da Economia, o governo chegou a considerar ajustar a faixa de isenção do IR pela **inflação**. Mas não foi o que se viu pelo projeto apresentado.

Segundo dados do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**), divulgados em fevereiro, a isenção deveria valer para quem ganha até R\$ 4.022,89. Segundo a entidade, a tabela do IR acumula uma defasagem de 113,09%

desde 1996, devido à ausência de reajustes ou de correções abaixo da **inflação** oficial (o IPCA).

A mudança na tabela do IRPF, com aumento da faixa de isenção e correção nas demais faixas, reduz a arrecadação em R\$ 13,5 bilhões em 2022, segundo o Ministério da Economia.

O valor é 38,6% menor que a estimativa de R\$ 22 bilhões citada por Guedes, caso a renda mensal do trabalhador isenta de IR fosse para R\$ 3.000, como queria o presidente da República no início deste ano.

Bandeira antiga levantada pelo ministro da Economia, o sistema de dedução de gastos com saúde e educação do Imposto de Renda foi mantido na proposta de **reforma tributária** do governo federal.

A medida, segundo Guedes, seria uma maneira de reduzir desigualdades, já que o benefício é voltado para a classe média .

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/02/reforma-tributaria-o-que-guedes-vinha-prometendo-o-que-entrou-no-projeto.htm>**

# Reforma para trazer eficiência

**Pedro Icaro\***

A reforma administrativa é fundamental para modernizar o serviço público e oferecer melhores condições de trabalho ao funcionalismo, segundo o deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE). Presidente da Comissão Especial da Reforma Administrativa, ele foi o entrevistado de ontem do CB.Poder, uma parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília.

Fernando Monteiro ressaltou que a reforma em debate não vai retirar nenhum direito adquirido pelos servidores. O foco, segundo ele, é melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão. "A gente precisa "pixar" o serviço público", defende o parlamentar, referindo-se ao novo sistema eletrônico de pagamento instantâneo implantado pelo Banco Central. Com o auxílio da tecnologia, acredita Monteiro, será possível tornar o serviço público eficiente, fazendo jus ao dinheiro do contribuinte. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Como estão as negociações sobre a reforma administrativa no Congresso? Precisamos reformar o Estado brasileiro. A PEC 32, cuja comissão eu presido, é apenas o primeiro passo. Sempre trabalho com o seguinte pensamento: "Aonde nós queremos chegar?". Nós queremos chegar e trazer o Brasil ao século 21 no serviço público, trazer o Brasil à excelência do serviço público. E a PEC 32 é o primeiro passo.

O que já foi feito? Já tivemos duas audiências públicas e quatro reuniões, estamos debatendo e ouvindo. Acredito que precisamos ouvir mais, porque a reforma mexe com vidas de pessoas, mexe com o trabalho de pessoas. Temos que discutir isso com muita paciência e dedicação, trabalhar para poder ter um serviço público de excelência. Estamos ouvindo todas as categorias. Dividimos em 14 temas na comissão. Como sou nordestino, existe um ditado que diz que "uma caminhada só começa pelo primeiro passo". E o primeiro passo é aprovarmos essa PEC 32.

O que falta para o serviço público chegar ao século 21? Precisamos de modernidade. Quero deixar meus parabéns aos servidores do Banco Central, que criaram o Pix. É uma modernidade do serviço público. Precisamos trazer todo o serviço público para a modernidade, a gente precisa "pixar" o serviço público. Quando falam da PEC 32, acham que ela é contra o servidor. A PEC é a favor do serviço público, é a favor

do cidadão, temos que debater as condições de trabalho do servidor. Muitas vezes, para saber se o trabalho é bem executado, é necessário saber se o servidor tem condições de exercer seu trabalho, seguindo legislações adequadas para exercer sua função. É preciso, ainda, motivar o servidor.

E as categorias de "sangue azul" vão ficar de fora da reforma? A PEC 32 foi enviada pelo governo federal, mas o Congresso Nacional é soberano para modificar. Foram apresentadas várias emendas para incluir o Judiciário e o Legislativo. Estou escutando muitas categorias e todas elas têm esse pensamento, de trazer a modernidade para o serviço público. Esse primeiro passo que vamos dar não é de imediata aplicação, mas é fundamental para a modernização do serviço público. Nós sempre temos que respeitar o cidadão. Pagamos uma alta carga tributária, 33,17% do PIB brasileiro é de **impostos**. Temos que trazer um serviço de excelência. Não estamos procurando, aqui, falar de economia fiscal do governo. Falamos de eficiência.

A reforma não seria algo imediato? Seria a partir de quando? Qual é o prazo? Espero começar a praticá-la a partir do ano que vem, para os próximos servidores. O relator, deputado Arthur Maia (Cidadania-BA), está trabalhando no texto para que nenhum direito adquirido seja mexido. Isso é um exercício que também tem de ser feito. A PEC que veio do governo não é satisfatória, então ela vai ser modificada.

Por que não é satisfatória? Porque ela traz algumas coisas que, tanto eu quanto a maioria do Congresso entendem que precisa de modificações. Então, esse debate tem que ser exaustivo, mas sempre com respeito à opinião do próximo. Porque todos querem uma melhor educação, melhor saúde, melhor atendimento. As pessoas pagam por isso! Acho errado crucificarem o servidor público, porque é um conjunto. Precisamos saber se ele tem condições de desempenhar suas funções com segurança.

Um servidor do Ministério da saúde denunciou irregularidades na compra de vacinas. Está sob forte pressão. Poucas semanas antes, um delegado da Polícia Federal foi afastado do cargo após entrar com uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente. Se não houvesse estabilidade no serviço público, eles provavelmente teriam sido demitidos. Esses dois casos retratam uma realidade? Como o senhor avalia isso no âmbito de uma reforma administrativa? No caso da Polícia Federal, ele tem

estabilidade. A PEC não trata disso. Na PF, ocorreu uma questão de gerência da polícia, de comando. No segundo caso, do Ministério da Saúde, foi feita essa denúncia, que qualquer servidor podia fazer, concursado ou não. Porque quem vai demiti-lo não é uma pessoa. São situações. Se ele é um funcionário exemplar e descobre corrupção, ele vai ser mantido no cargo, não tenho dúvidas. Há um outro ponto. Da forma que enxergamos o novo serviço público brasileiro, marcado pela modernidade, não podemos achar que daqui pra frente vai ser igual ao que é hoje. Porque as contratações vão ter começo, meio e fim - não será eternamente renovável. Denunciar corrupção não tem relação com o seu cargo, mas com seu caráter.

\*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

## Um TCU perplexo (3)

Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou as contas do governo de Jair Bolsonaro relativas ao exercício de 2020. A rigor, as contas deveriam ter sido reprovadas.

Há evidências de que o presidente da República e alguns de seus auxiliares diretos fizeram mau uso de recursos do Orçamento da União para, artificialmente, construir uma base de apoio no Congresso com o objetivo de garantir a Bolsonaro alguma sustentação política. O cambalacho, revelado pelo Estado no início de maio, ficou conhecido como "orçamento secreto".

Assenhoreando-se de R\$ 3 bilhões do Orçamento da União, o Palácio do Planalto elaborou uma espécie de "orçamento" particular e distribuiu o butim a algumas dezenas de deputados e senadores para que estes financiassem projetos de seu interesse, sem equidade entre parlamentares da base ou da oposição ou "procedimentos sistematizados para o monitoramento e avaliação dos critérios de distribuição", como concluíram os auditores do TCU. A distribuição de vultosos recursos públicos aos "amigos do rei" chegou a ser negociada até por mensagens de WhatsApp, fora de qualquer controle republicano.

Em que pese o fato de as contas terem sido aprovadas, o julgamento do TCU representou uma grande derrota política para o governo. Isto porque a Bolsonaro interessava negar a existência do tal "orçamento secreto", e a Corte de Contas não apenas reconheceu a prática - classificada como inconstitucional por seus auditores -, como se mostrou "perplexa" diante das evidências. "A inovação legislativa (distribuição orientada dos recursos por meio das emendas do relator-geral do Orçamento, RP-9) trouxe perplexidade e dificuldades em sua operação", disse em seu voto o ministro relator, Walton Alencar.

Nos últimos dias, o governo vinha atuando fortemente para que não só suas contas fossem aprovadas pelo TCU, como também para que nenhuma ressalva fosse feita pela Corte de Contas, o que, na visão palaciana, sepultaria a "narrativa" sobre a existência do "orçamento secreto". Não foi por acaso, aliás, que Bolsonaro despachou os ministros Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, Paulo Guedes, da Economia, Wagner do Rosário, da Controladoria-Geral da União (CGU), e André Mendonça, da Advocacia-Geral da União (AGU), para acompanhar presencialmente o julgamento, no dia 30 passado. Uma inequívoca forma de pressão sobre os ministros do TCU.

O esforço foi em vão. O TCU deixou claro que o "orçamento secreto" ainda será objeto de futuros julgamentos.

Ainda tramitam na Corte de Contas nada menos do que seis processos que tratam das irregularidades na distribuição das emendas RP-9. A própria "perplexidade" do ministro relator, expressa em seu voto, indica que o assunto segue muito vivo. "Diferentemente do que ocorre com as emendas individuais, que dispõem sobre procedimentos padronizados, verificou-se não haver uniformização de procedimentos para distribuição de recursos advindos das emendas RP-9", disse Walton Alencar.

Em seu relatório, acolhido por todos os pares, o ministro Alencar fez 28 ressalvas às contas do governo Bolsonaro. O relator salientou que 2020 foi "um ano excepcional" para a execução do Orçamento da União em decorrência dos desafios administrativos **impostos** pela pandemia de covid-19, mas não deixou de apontar 2 "irregularidades", 3 "impropriedades" e 23 "distorções", que, embora em sua visão não comprometam a aprovação das contas relativas ao exercício passado pelo Congresso, não deixarão de passar pelo crivo do TCU nos próximos julgamentos. A impressão que ficou é que a Corte de Contas precisará de mais tempo para analisar todas as implicações do chamado "orçamento secreto". A revelação do escândalo pelo Estado ocorreu apenas dois meses antes do julgamento das contas do governo neste ano.

O TCU é um órgão auxiliar do Legislativo, ao qual, por imperativo constitucional, cabe aprovar ou rejeitar as contas do Executivo. Dentro de dias, portanto, o Congresso também terá oportunidade de mostrar sua "perplexidade" diante do "orçamento secreto" de que parte de seus membros se beneficiou.

Com 28 ressalvas, Corte de Contas aprovou as contas do governo Bolsonaro em 2020

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## DESEMPREGO ESTRUTURAL (3)

Crises não são novidade no Brasil. Há, ao longo da história do país, diversos momentos de turbulência e queda da atividade econômica, com forte impacto no emprego. Mas a atribulação agora atravessada pelo Brasil tem um reflexo inédito no mercado de trabalho, não apenas pelo número recorde de pessoas que buscam colocação e não encontram, mas pela elevada quantidade de brasileiros que estão há muito tempo nessa condição. São 14,7 milhões de cidadãos atrás de um sustento para si e para sua família e, destes, cerca de 3,5 milhões estão nessa batalha há pelo menos dois anos, sem sucesso.

O desemprego no trimestre encerrado em abril, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficou em 14,7%. Estável em relação à divulgação anterior. E positivo, ao menos, que a escalada da falta de trabalho tenha sido interrompida. Foi um problema agravado pela pandemia, que, neste momento, parece começai" a ser estancado. Mas é preciso lembrar que, há uma década, o país vivia o pleno emprego e, a partir de 2014, a taxa dobrou, mostrando o grau de degradação da economia, causada por sucessivas conflagrações políticas que acabaram abalando a confiança dos agentes da economia, dos consumidores aos empresários.

O noticiário do dia a dia mostra que o país está longe de um momento tranquilo. Espera-se que a estabilidade, pela via democrática, seja alcançada a partir das eleições de 2022, visando a um período mais longo que não apenas recupere as perdas dos últimos anos, mas permita ao Brasil crescer, de fato, acompanhando o mundo. No curto prazo, cria-se a expectativa de que o avanço da vacinação permita um retorno de mais atividades, abrindo mais vagas, especialmente nos serviços. Mas é preciso ser realista. Um dos reflexos da pandemia foi um ganho brutal de produtividade das empresas, que buscaram fazer mais com menos. Assim, torna-se mais difícil recuperar celeremente os níveis de emprego observados no início da década passada. Ao mesmo tempo, o controle da epidemia vai significar mais pessoas voltando a procura" trabalho, pressionando a taxa de desemprego. Esta, aliás, poder ser a explicação para o fato de o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) continuar registrando resultado líquido positivo de vagas com carteira assinada, enquanto o desemprego não cede. Com os resultados de maio, o país soma 1,2 milhão de postos abertos e, o Estado, 82,1 mil.

o **PIB** do país cresça 5% neste ano, será apenas uma recuperação do recuo do ano passado. E o avanço da economia, até agora, está mais ligado ao mercado externo do que à situação doméstica e ao consumo das famílias. Crescem mais os setores intensivos em capital e não em mão de obra. Há muitos trabalhadores desempregados por um longo período que estão desatualizados em relação às exigências atuais do mercado, principalmente em questões ligadas à tecnologia e à transformação de modelos de negócio. Há receio, portanto, de que o desemprego brasileiro seja estrutural. A estas pessoas será preciso, de alguma forma, oferecer programas de qualificação, para que fiquem aptas a buscai" uma vaga. Assim como será imprescindível uma atenção especial à educação, após os graves prejuízos ao aprendizado legados pelas escolas fechadas ao longo da crise sanitária. Ao lado das reformas estruturais que melhorem o ambiente de negócios e assegurem sustentabilidade fiscal, é de conciliação que o país precisa para voltar ao trilho do progresso e da conquista de um crescimento que beneficie todos os brasileiros.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Não há passe de mágica ou bala de prata. Mesmo que

# CNC: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010

O primeiro semestre deste ano encerrou com um percentual de 69,7% das famílias brasileiras com alguma dívida, em atraso ou não. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse é o maior patamar de endividamento familiar da série histórica de sua pesquisa, iniciada em 2010. De acordo com os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC, em maio, a parcela de pessoas com dívida era de 68%. Em junho de 2020, o percentual havia ficado em 67,1%.

As dívidas com cartão de crédito também bateram recorde, aparecendo como principal fonte de endividamento para 81,8% do total. O percentual de inadimplentes, ou seja, pessoas que têm contas ou dívidas em atraso, ficou em 25,1% em junho deste ano, acima dos 24,3% do mês anterior, mas abaixo dos 25,4% de junho do ano passado.

As famílias que sem condições de pagar suas contas passaram de 10,5% em maio para 10,8% em junho deste ano. Em junho do ano passado, o percentual era de 11,6%.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o orçamento das famílias na pandemia de covid-19 tem sido afetado por questões como **inflação** mais alta e o valor reduzido do auxílio emergencial. "Ainda que os indicadores de inadimplência se encontrem mais baixos na comparação anual, os números mostram que as famílias têm se endividado mais ao longo do ano para conseguir manter algum nível de consumo.

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3221](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3221)

## Desafios brasileiros (2)

**Gonzaga Mota** *Professor aposentado da UFC /  
luizgmota@yahoo.com.br*

Dentre os principais objetivos nacionais, destacam-se: inserção do Brasil, de forma soberana, no contexto mundial; aumento persistente do nível de emprego; melhoria dos indicadores de distribuição de renda e redução da pobreza. É claro que por trás destes objetivos interdependentes está a grande questão social, prioridade absoluta do país. Por outro lado, como desafios básicos, podem ser mencionados: boas taxas de crescimento sem jogar o País na inflação e combinar juros baixos, melhores salários, queda do desemprego e investimentos sociais, dentre os principais pontos. Não é fácil, todavia precisa-se tentar. Seria fundamental alcançar a cooperação entre governo, sociedade e setores empresariais e trabalhistas. O desenvolvimento integrado e sustentável somente ocorrerá na medida em que haja uma participação responsável dos diversos segmentos da sociedade.

Questões tão complexas exigem, igualmente, tratamento complexo. A persecução da estabilidade macroeconômica é vital para que a retomada do desenvolvimento econômico seja eficaz, pois de outra forma não haveria tranquilidade para repensar a atuação do Estado nas áreas que lhe são pertinentes. Em tempos de globalização econômica, e de seus poderosos efeitos, a premência por resultados não pode ser desconsiderada. Sem desenvolvimento econômico, não há de que se falar em geração de renda ou de empregos e nem de melhorias que repercutam significativamente na vida do cidadão, seja quanto à educação, à saúde ou a quaisquer outros temas que o afetam diretamente.

Assim é que os serviços sociais básicos de responsabilidade pública devem sofrer profunda reestruturação, a fim de focar sua atuação em áreas em que sua presença seja absolutamente necessária. Nada do que foi dito e do que porventura esteja sendo ou venha a ser adotado pelo governo federal, como solução, pode ter resultados concretos, voltamos a repetir, sem o envolvimento de toda a sociedade brasileira. Deseja-se que o engajamento se dê de forma crítica e atuante, com justiça, sem corrupção, sem conluios e garantindo a transformação de nossa realidade e a preservação dos princípios democráticos e constitucionais.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>